



Relatório de Sustentabilidade 2011



Sumário

- 1** Apresentação
- 2** Mensagem do presidente
- 4** Perfil
 - 6** Cadeia integrada
 - 8** Linha do tempo
 - 14** Empresas e entidades associadas
- 16** Governança corporativa
 - 21** Ética e conduta
 - 21** Acompanhamento da gestão
- 25** Estratégia e perspectivas
 - 26** Perspectivas crescentes
- 28** Sistema Campo Limpo
 - 30** Fluxo do sistema
 - 31** Engajamento nacional
 - 32** Área ampliada
 - 33** Certificado atesta qualidade
 - 34** Programa Implantar
 - 36** Transporte e logística
 - 37** Processo é mapeado e monitorado
 - 38** Destino final
 - 40** Remoção de agrotóxicos obsoletos
- 43** Nossos públicos estratégicos
 - 44** Sociedade
 - 44** Participação colaborativa
 - 46** Educação nas escolas
 - 48** Exposição na mídia
 - 48** Campanhas regionais
 - 49** Projeção nacional
 - 50** Participação em feiras e exposições
 - 52** Colaboradores
 - 54** Rotatividade
 - 55** Remuneração
- 56** Desempenho Ambiental
 - 58** Investimento ambiental
 - 58** Central Verde
 - 59** Consumo de energia elétrica
 - 59** Consumo de água
- 60** Desempenho econômico
 - 61** Receita líquida
 - 63** Despesas
 - 64** Fluxos de caixa
- 65** Sobre o relatório
- 66** Índice GRI
- 68** Anexo

Apresentação

> Resultados consolidados

O primeiro Relatório de Sustentabilidade do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) com verificação da Global Reporting Initiative (GRI) foi publicado em 2011, referente ao exercício 2010, e demonstrou o desempenho econômico, social e ambiental do instituto com base em referenciais reconhecidos internacionalmente.

GRI 3.3 A adoção do novo modelo – o inpEV publica relatórios anuais de desempenho desde 2004 – representa uma evolução do compromisso com a transparência e é iniciativa determinante para o fortalecimento da gestão integrada. Mais do que isso: o novo modelo demanda envolvimento de todas as áreas internas do instituto para a devida apuração e validação das informações reunidas.

Envolvimento que, mantido ao longo dos últimos meses, permitiu a elaboração deste Relatório de Sustentabilidade 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011. Os dados econômico-financeiros e os indicadores ambientais oferecem visão ampla e precisa das atividades empreendidas, e servem de ferramenta para o seu entendimento.

Dedicadas aos principais públicos de relacionamento do inpEV, como entidades e empresas associadas, canais de distribuição, agricultores, cooperativas, colaboradores, imprensa e representantes do poder público de todas as esferas (municipal, estadual e federal), entre outros, as próximas páginas apresentam resultados obtidos ao longo de 2011, além de revelarem metas e perspectivas de futuro do instituto.

Em seu conjunto, os capítulos a seguir demonstram o acompanhamento dos indicadores do Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos) e o aprimoramento da atuação do inpEV em 2011, ano em que o instituto completou dez anos de fundação. Período, portanto, de resultados consolidados.

Boa leitura!

Mensagem do presidente

Uma década de conquistas



GRI 1.1 e 1.2

Há pouco mais de dez anos, precisamente no dia 14 de dezembro de 2001, a fundação do inpEV, com sete entidades representativas do setor agrícola e 27 empresas associadas, deu início a uma trajetória pioneira que, reconhecida no Brasil e no exterior, possibilitou a idealização, implantação e desenvolvimento compartilhado do Sistema Campo Limpo, programa de logística reversa que é referência para outros setores.

Os principais indicadores de desempenho do ano passado, reunidos nesse Relatório de Sustentabilidade 2011, refletem a

Em 2011, retiramos do campo 34.202 toneladas de embalagens, um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior

tendência de crescimento dos resultados observada durante a primeira década de atividades. O período é igualmente representativo do surgimento de novos desafios para a atuação do inpEV como núcleo do sistema que integra os diferentes agentes envolvidos no recebimento e destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Em 2011, a quantidade de embalagens retiradas do campo atingiu 34.202 toneladas, o que representa um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior, quando foram destinadas 31.266 toneladas. A expansão do sistema, assim como em anos anteriores, está alinhada ao crescimento da agricultura brasileira. O engajamento intenso dos fabricantes, canais de distribuição, cooperativas e agricultores permite a assimilação dessa tendência, com resultados expressivos em todo o país.

Ao aumento do quadro associativo para 89 empresas e 10 entidades, com a adesão de seis companhias e três associações entre janeiro e dezembro de 2011, somaram-se as inaugurações de oito postos e de uma central de recebimento, além da ampliação da unidade de Pouso Alegre (MG). Desde 2002, ano em que começaram as atividades do sistema, já foram destinadas mais de 200 mil toneladas de embalagens vazias, o que representa 94% do total de embalagens plásticas colocadas no mercado. Essa quantidade tem significado não apenas numérico. Ele posiciona o programa brasileiro de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas na liderança em relação aos mais de 60 países com programas similares.

Ao longo de 2011, intensificamos a participação em discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que determina a responsabilidade da gestão de resíduos pós-consumo para todos os segmentos produtivos, e acompanhamos a tramitação de projetos de lei nacionais e estaduais, com o objetivo de manter o sistema atualizado quanto a eventuais novas demandas ao Sistema Campo Limpo.

Em São Paulo, o setor de defensivos agrícolas, representado pelo inpEV e pela Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav), foi pioneiro na apresentação de proposta de cumprimento à Resolução SMA 38/11, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que relaciona os produtos cujos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes deverão iniciar programa de responsabilidade pós-consumo para fins de recolhimento, tratamento e destinação final de resíduos.

As interações durante o ano, no entanto, não se limitaram ao diálogo multisetorial.

Parcerias e projetos estenderam a atuação do instituto na gestão de novos resíduos. Além de participar ativamente do programa de levantamento da quantidade de agrotóxicos obsoletos remanescentes no campo no estado de São Paulo, do programa de eliminação de agrotóxicos obsoletos do estado do Paraná e do apoio logístico à campanha nacional contra os agrotóxicos ilegais, o inpEV iniciou a gestão de um projeto piloto para a destinação de embalagens vazias de produtos saneantes desinfestantes de uso profissional na Grande São Paulo, Grande Recife e Grande Rio e iniciou um estudo piloto de recebimento para o setor de sacarias de sementes tratadas de milho e algodão em atendimento a demandas de empresas associadas.

Na área educacional, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que passou a ser destinado aos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, atingiu 164 municípios, com 1.001 escolas participantes, levando conteúdo a cerca de 80 mil estudantes em cerca de 3.850 salas de aula. Eles se envolveram em atividades, como concursos de redação e de desenho, disseminando aos seus pais e familiares a importância da conscientização ambiental. Por sua vez, o Dia Nacional do Campo Limpo, celebrado em 18 de agosto, atingiu mais de 122 mil pessoas em 21 estados.

Também houve avanços rumo à autossustentabilidade econômica do sistema, meta que visa reduzir os custos para todos os elos da cadeia. Em 2011, o aquecimento da produção agrícola gerou maior demanda pela EcoPlástica Triex, embalagem reciclada a partir de material plástico retirado do mercado pelo sistema e produzida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

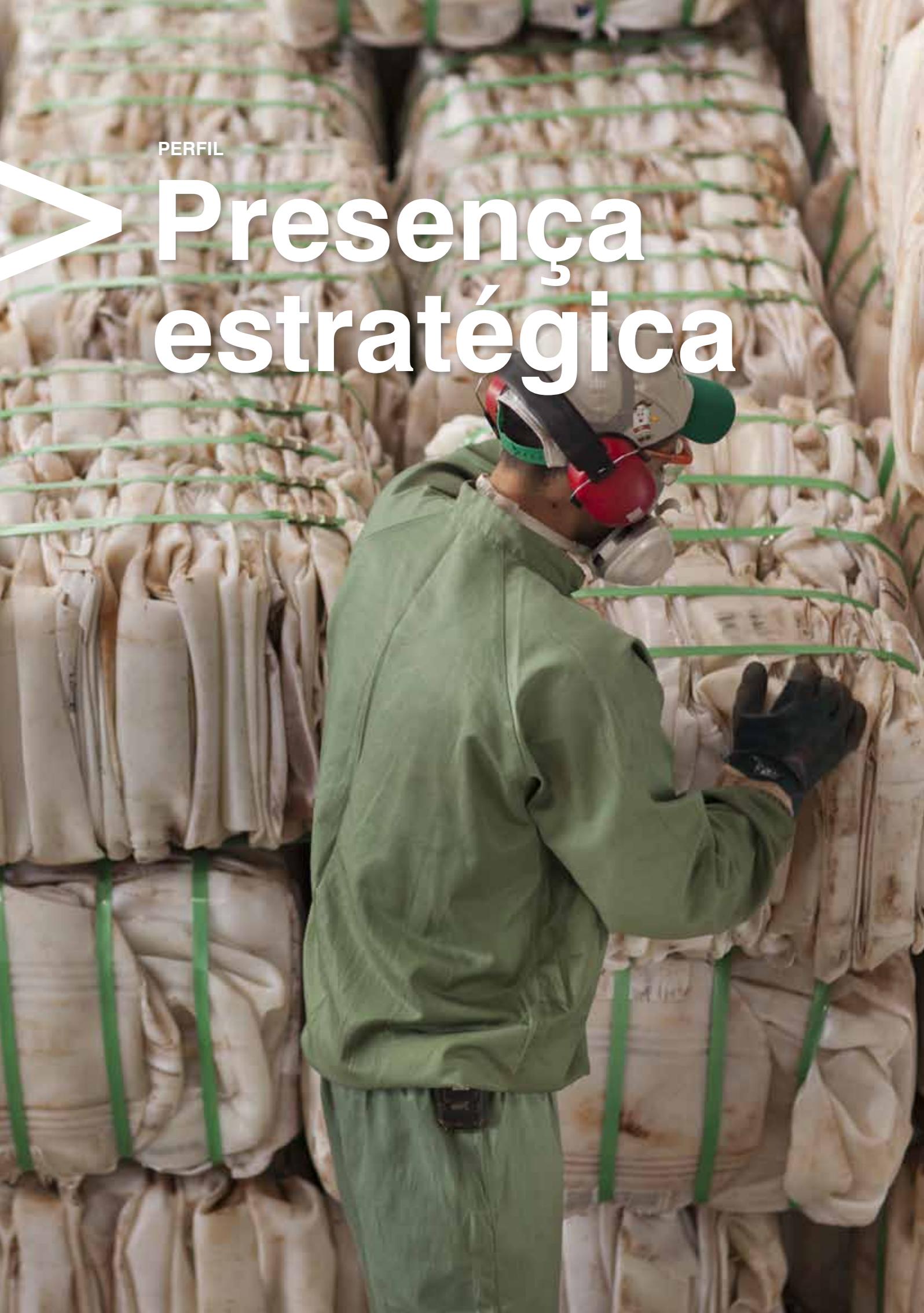
O país é atualmente um dos maiores e mais importantes produtores de alimentos, fibras e bioenergia do mundo, o que reflete na expansão da agricultura e na necessidade de contínuo desenvolvimento do sistema. O mais recente estudo de ecoeficiência, publicado no primeiro semestre de 2012, referente ao período de 2002 a 2011, mostrou que a atuação do Sistema Campo Limpo pode ser traduzida nos seguintes ganhos ambientais: 295 mil toneladas de CO₂ equivalente que deixaram de ser emitidas na atmosfera ou um consumo de energia evitado que poderia abastecer 100 mil casas por um ano.

As perspectivas de futuro são animadoras, assim como as novas tecnologias para a destinação de resíduos, a gestão pós-consumo de outros resíduos com eventual uso da estrutura do sistema, a expansão da malha de recebimento para as novas fronteiras agrícolas e o aprimoramento permanente do modelo de trabalho conjunto e integrado da cadeia.

João Cesar M. Rando
Diretor Presidente

PERFIL

Presença estratégica





GRI 2.1;
2.4 e 2.6

Organização sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), com sede em São Paulo (SP), foi criado pela indústria fabricante de agrotóxicos para realizar a gestão pós-consumo das embalagens vazias de seus produtos, dando a destinação final correta ao material. O inpEV segue os requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 9.974/2000 e pelo Decreto nº 4.074/2002, que disciplinam a responsabilidade compartilhada pela destinação das embalagens vazias do setor entre os agentes que atuam na produção agrícola: agricultores, canais de distribuição e indústria, com o apoio do poder público.

Fundado em 14 de dezembro de 2001, o instituto começou a operar em março de 2002, com sete entidades e 27 empresas associadas. Naquele primeiro ano de funcionamento, 3.700 toneladas de embalagens vazias receberam destinação adequada, quantidade que, ao final de 2011, superava 34.000 toneladas destinadas, representando 94% das embalagens plásticas primárias colocadas no mercado. O avanço sucessivo do programa de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas (chamado de Sistema Campo Limpo) fez com que ele se tornasse referência na gestão de resíduos sólidos no Brasil e também em outros países, conforme mostra o quadro a seguir:

GRI 2.2

O Sistema Campo Limpo suporta toda a rede de logística reversa das embalagens vazias. A estrutura é formada por 421 unidades de recebimento (307 postos e 114 centrais), em 25 estados e no Distrito Federal. Esses locais são geridos por associações de distribuidores e cooperativas, em alguns casos com o co-gerenciamento do inpEV. As embalagens recebidas são destinadas à reciclagem (92%) ou à incineração (8%).

GRI 2.3;
2.5 e 2.7

No final de 2011, faziam parte do Sistema, 89 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, mais de 260 associações de distribuidores e cooperativas em todo Brasil, 14 parceiros recicladores e incineradores. Além disso, a estrutura conta com o engajamento de milhares de agricultores em todo o país e a participação ativa do poder público municipal, estadual e federal.

GRI 2.2

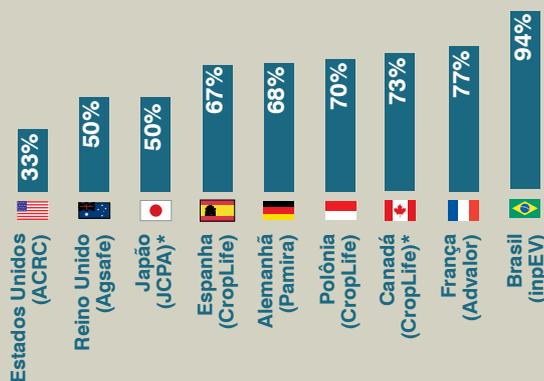
Desde 2008, passou a fazer parte desse programa a Campo Limpo Reciclagem & Transformação de Plásticos S.A. Localizada em Taubaté (SP), trata-se de uma empresa constituída para ser um centro de desenvolvimento de novas tecnologias de reciclagem e fabricação de produtos a partir do material devolvido nas unidades de recebimento. Esse foi um importante passo para a autossustentabilidade econômica do sistema, um de seus principais objetivos estratégicos para os próximos anos. A empresa é composta por 31 acionistas, todos fabricantes de defensivos agrícolas.

GRI 2.8

O inpEV tem 53 colaboradores entre funcionários, terceirizados, estagiários e aprendizes, localizados em São Paulo (SP), Taubaté (SP), Rondonópolis (MT) e outras dez localidades, onde coordenadores regionais de Operação (CROs) são responsáveis por integrar os agentes envolvidos em suas respectivas regiões de atuação e a articulação dos elos da cadeia em todos os estados brasileiros.

Desta forma, o instituto funciona como um núcleo de inteligência do sistema, promovendo, além da integração da cadeia, a gestão operacional da logística reversa, coordenação de campanhas educativas, consolidação de informações e divulgação de resultados para toda a sociedade.

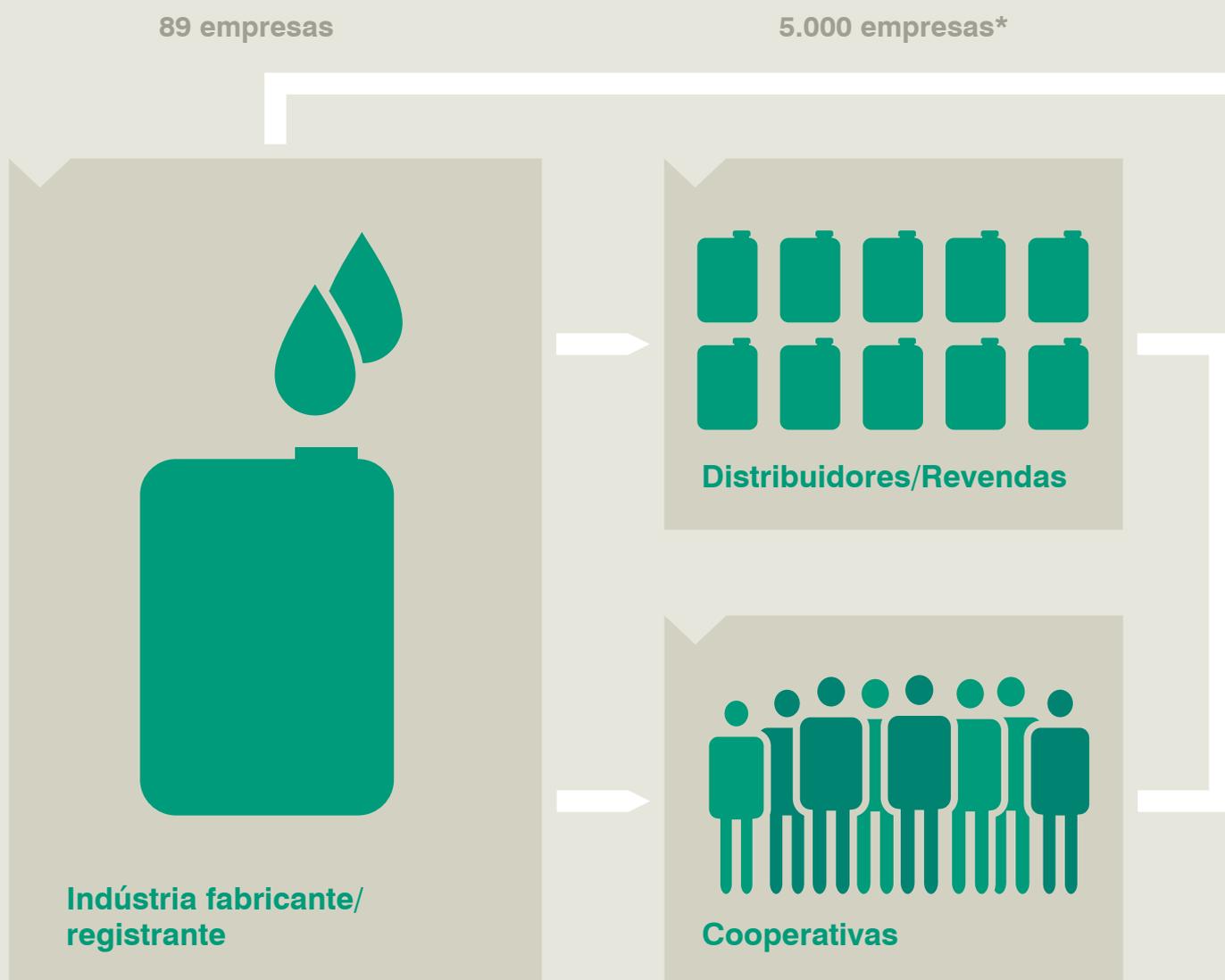
% DE EMBALAGENS PLÁSTICAS CORRETAMENTE DESTINADAS, POR PAÍS (2011)



**Dados referentes ao ano de 2009*

Cadeia integrada

O Sistema Campo Limpo é composto por múltiplos atores desde a produção e venda dos agroquímicos, utilização e devolução feita pelos agricultores e o destino final. Veja abaixo como esses atores estão interligados.



94%

DAS EMBALAGENS PRIMÁRIAS COLOCADAS NO MERCADO VOLTAM AO SISTEMA PARA TER UM DESTINO FINAL ADEQUADO.

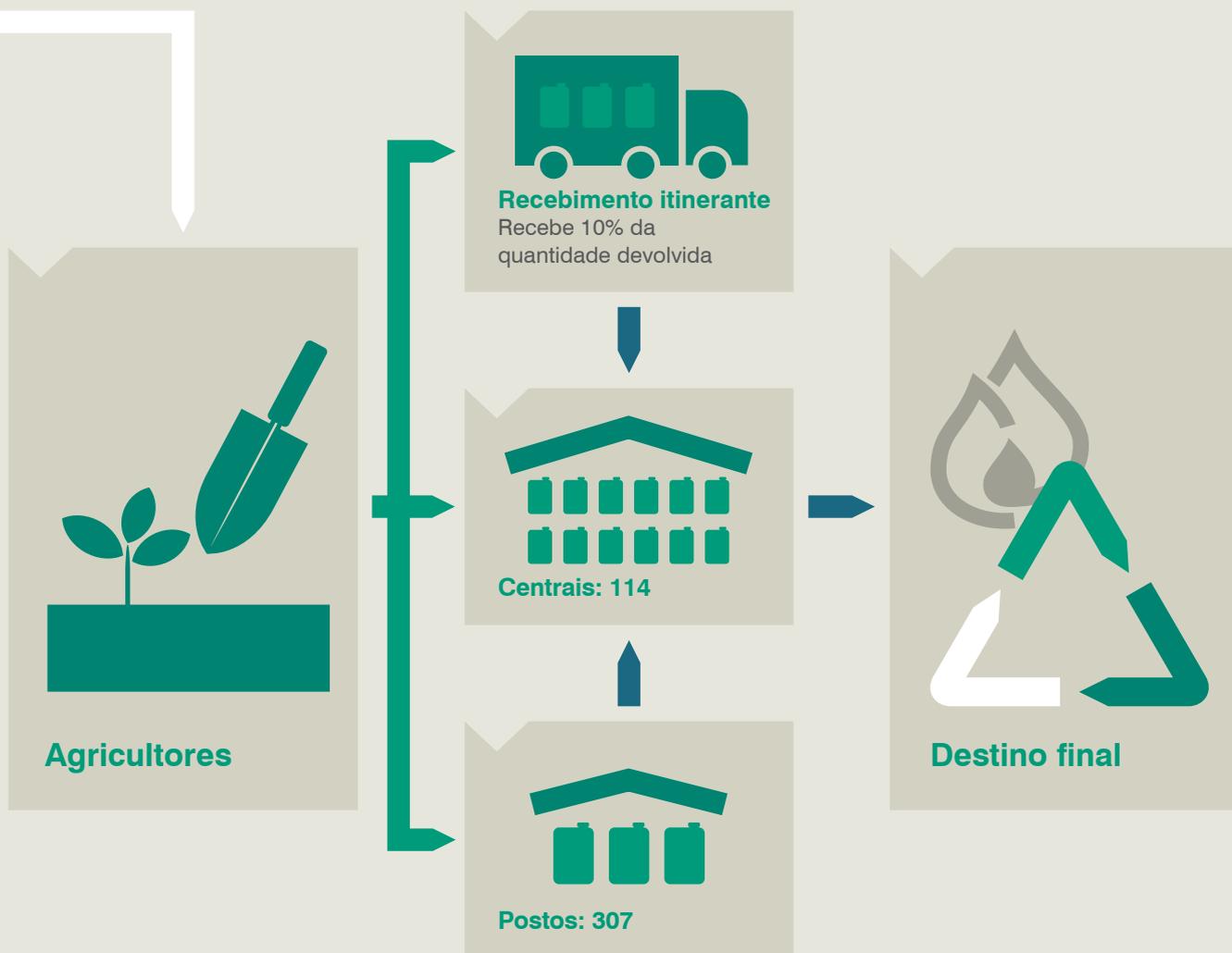
GOVERNANÇA DO SISTEMA CAMPO LIMPO

- O inpEV possui 89 empresas fabricantes e 10 entidades representativas do setor agrícola como associadas.
- Unidades de recebimento: cogestão entre inpEV e mais de 260 associações de distribuidores/cooperativas.

5 milhões de propriedades rurais (IBGE)

421 unidades de recebimento

14 recicladores e incineradores



Linha do tempo

Evolução continuada

Do início da busca de um sistema inteligente e monitorado para retorno das embalagens vazias de agrotóxicos até hoje se passaram mais de 20 anos. Atualmente, o sistema é referência na gestão de resíduos para o país e para o mundo.

1990

Indústria se mobiliza para buscar uma solução definitiva para as embalagens vazias de agrotóxicos por meio da **Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)**.

1992

A Andef, a Secretaria da Agricultura de São Paulo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (Coplana) assinam parceria para mapear o fluxo das embalagens vazias e implantar a **primeira unidade piloto de recebimento**. Alternativas de reciclagem são estudadas por meio de um convênio com a Dinoplast, empresa de Louveira (SP).

2000

A Lei Federal 9.974/00 determina as **responsabilidades da cadeia produtiva** agrícola, formada por agricultores, fabricantes, canais de distribuição e poder público.

1997

A Andef forma equipe para se dedicar à destinação das embalagens e agrega outros parceiros ao projeto: o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação dos Distribuidores de Insumos Agropecuários (Andav). Pela primeira vez, prevê-se a criação de uma entidade. No mesmo ano, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publica a NBR 13.968, que normatiza a lavagem das embalagens vazias de defensivos agrícolas, considerado-as resíduo não perigoso.

1994

Começa a funcionar a estação piloto de recebimento de embalagens vazias, em Guariba (SP). A Andef, por sua vez, convida a Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (Aenda) para fazer parte do projeto.

2001

Uma consultoria avalia os principais processos de trabalho, e aponta a necessidade de criação de uma instituição para coordenar a destinação final das embalagens vazias. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é instalado em 14 de dezembro, presidido pelo engenheiro agrônomo João Cesar M. Rando. A organização nasce com a associação de sete entidades representativas do setor agrícola e 27 empresas fabricantes de defensivos agrícolas.

2002

O inpEV começa a operar em **março**. Durante o ano, uniformiza entendimentos sobre a legislação com os diversos atores por meio de um extenso programa de encontros em vários estados do país.

Passam a operar 74 postos e 80 centrais de recebimento de embalagens vazias. Aproximadamente quatro mil toneladas desses resíduos são retirados do campo no ano, encerrado com **39 empresas associadas ao inpEV**.

2004

O sistema começa a conquistar o reconhecimento de autoridades e instituições e empresas públicas e privadas. Com cerca de 300 unidades de recebimento, estrutura de mais de 80.000 m² de área construída e ambientalmente licenciada para o recebimento das embalagens vazias de agrotóxicos, o sistema se fortalece. No final do ano, 14.000 toneladas de resíduos são destinados (61% do volume colocado no mercado nacional). Um crescimento de quase 100% em relação ao ano anterior.

As parcerias com empresas recicladoras são consolidadas, permitindo a transformação das embalagens pós-consumo em 12 produtos diferentes.

A nova central de recebimento de embalagens vazias de Guariba é inaugurada com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do então governador Geraldo Alckmin e do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues.

2003

O inpEV lança a primeira campanha de conscientização e estímulo à colaboração dos agricultores. Seu objetivo é fortalecer a atuação institucional e ampliar a divulgação do programa. O personagem Olímpio ganha vida. O boneco, um espantalho, mais tarde se torna símbolo das ações de educação ambiental do Sistema Campo Limpo.

O instituto soma 47 empresas associadas e 230 unidades de recebimento. No ano, 7.855 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas são destinadas.

2005

O sistema chega aos quatro anos com 43 mil toneladas de material processado desde 2002. Os resultados, superiores aos de outros 30 países com programas semelhantes, posicionam o Brasil como referência global em destinação de embalagens.

Contribui para o resultado a abrangência da infraestrutura instalada: 350 unidades com licenciamento ambientais, entre 108 centrais e 242 postos, distribuídos em 23 estados. É realizado o primeiro Dia Nacional do Campo Limpo, que atraiu mais de 11 mil pessoas a 40 centrais de recebimento com atividades simultâneas em 13 estados.

2006

O sistema recebe mais de 23 mil toneladas de embalagens do campo, devolvidas pelos agricultores em 365 unidades de recebimento.

Uma parceria com a empresa Garboni viabiliza o lançamento da primeira tampa para embalagem de agroquímicos produzida com material reciclado do próprio setor.

A campanha educativa do inpEV “A Natureza Agradece” obtém apoio oficial do Governo Federal para a veiculação em rede nacional.

2008

Começa a operar a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.– fechando o ciclo de gestão das embalagens vazias de agrotóxicos no sistema –, com a produção de resinas pós-consumo. A iniciativa pioneira no mundo tem a participação de 31 acionistas, todos fabricantes de defensivos agrícolas.

O quadro de associados do inpEV chega a 76 empresas e a destinação de embalagens vazias atinge a marca de 24,4 mil toneladas, crescimento de 15,6% em relação a 2007. A unidade de recebimento de Rondonópolis (MT), a primeira gerenciada diretamente pelo inpEV, é inaugurada.

2007

O sistema se desenvolve rapidamente atingindo 376 unidades de recebimento, 2.500 distribuidores de defensivos agrícolas envolvidos e a participação de todas as indústrias fabricantes e comerciantes de fitossanitários no país.

Em sua terceira edição, o Dia Nacional do Campo Limpo atrai mais 76 mil pessoas, em 93 municípios de 21 estados.

2009

A Campo Limpo inicia a produção da embalagem reciclada Ecoplástica Triex®, importante contribuição para a autossustentabilidade do sistema. É a primeira embalagem fabricada com resina reciclada para agroquímicos a obter certificação UN (para transporte de produtos perigosos). Inovador, seu processo de fabricação recebe certificação pela ISO 9001:2000.

Uma terceira campanha educativa do instituto é lançada, voltada para os agricultores e outros agentes do setor que ainda não cumprem totalmente com as suas responsabilidades.

O sistema aumenta sua malha de recebimento para 412 unidades, com 29 mil toneladas de embalagens vazias retiradas do campo.

2010

A sexta edição do Dia Nacional do Campo Limpo registra recorde de público, com quase 140 mil pessoas em 23 estados. Além disso, o inpEV lança o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, alinhado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação (MEC), chegando a mais de 70 mil crianças do ensino fundamental I e II, em 1.022 escolas municipais, estaduais e da zona rural.

O índice de destinação de embalagens cresce 9% e chega a 31.202 toneladas retiradas do meio ambiente. Com esse o resultado, o Brasil se destaca com 94% do total das embalagens plásticas comercializadas destinadas corretamente.

2011

O inpEV lança seu primeiro Relatório de Sustentabilidade com verificação da Global Reporting Initiative (GRI). Com essa iniciativa, fundamenta as bases de uma gestão integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O instituto estreita o relacionamento com outros agentes do setor, por meio da participação em uma campanha de levantamento de agrotóxicos obsoletos em São Paulo. Em paralelo, tem início o projeto piloto para a gestão das embalagens vazias de produtos saneantes desinfestantes de uso profissional, como prestação de serviços à Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes (Abas) e seus associados nas regiões metropolitanas da Grande São Paulo, Grande Recife e Grande Rio.

O sistema de logística reversa destina 34.202 toneladas de embalagens vazias, resultado 9% superior ao ano anterior.

92%

DO MATERIAL REICLADO É TRANSFORMADO EM NOVOS PRODUTOS. O RESTANTE É INCINERADO



Atualmente 17 materiais são produzidos a partir da reciclagem das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Perfil Presença estratégica



PRINCIPAIS INDICADORES	2011	2010	2009
Econômico-financeiros			
Recursos totais que financiam o programa (inpEV e elos da cadeia externos) / (R\$ mil - acumulado desde 2002)	502	440	380
Receita operacional (R\$ mil) ¹	83,8	81,6	54,3
Contribuições associados (R\$ mil)	52,9	53,8	45,9
Taxa tecnológica (R\$ mil) ²	7,9	6,7	6,4
Unidade de Rondonópolis ³	N.A	N.A	122
Arrendamento Campo Limpo (R\$ mil) ⁴	3,2	2,7	1,8
Patrimônio líquido (R\$ mil)	66	53,7	36,6
Corpo funcional			
Número de colaboradores ⁵	46	42	39
Número de mulheres que trabalham no inpEV	20	17	17
Número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0	0
Sistema de destinação final			
Número de associados do inpEV (empresas e entidades)	89	84	80
Embalagens destinadas (mil toneladas)	34,2	31,2	28,8
Número de unidades de recebimento	421	421	412
Estados com unidades de recebimento	25	25	25
% de Embalagens primárias destinadas ⁶	94	94	94

(1) Sendo 63% correspondente a aporte das associadas.

(2) Recurso pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e cooperação técnica com o inpEV.

(3) Recurso pago pelos recicladores pela remessa de embalagens da unidade de Rondonópolis.

(4) Aluguel que a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos paga ao inpEV.

(5) O número de funcionários não inclui os profissionais terceirizados (5 em 2011), estagiários (1 em 2011) e menor aprendiz (1 em 2011).

(6) São as principais embalagens, ou seja, aquelas que entram em contato direto com o produto.



Empresas e entidades associadas

O inpEV encerrou 2011 com 89 empresas fabricantes de defensivos agrícolas em seu quadro associativo. Dessas, seis se associaram no ano passado: Biotech Controle Biológico Ltda., Evonik Degussa Brasil Ltda., Itaforte Bioprodutos Ltda., Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda., Plato do Brasil Comércio Ltda. e Prophyto Comércio e Serviços Ltda. A empresa Buckman Latin America se desfilhou.

Três novas entidades foram associadas ao instituto: Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários (Abas), Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e Associação Paulista dos Produtores de Semente e Mudanças (APPS).

89

EMPRESAS FABRICANTES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS SÃO ASSOCIADAS AO INPEV

ATIVOS INTANGÍVEIS

Com atuação orientada para o desenvolvimento contínuo do Sistema Campo Limpo, o instituto detém ativos intangíveis que refletem o êxito das iniciativas e estratégias voltadas para a destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos.

O registro de marcas e patentes é uma demonstração dessa realidade. O inpEV detém o registro de 19 marcas – ou em fase de conclusão –, como o seu próprio logotipo, a marca Campo Limpo e o Triturador Inteligente inpEV (Tri). Além disso, tem a solicitação de patente de equipamento para evaporação de água em diversos procedimentos industriais e do processo de produção de embalagens plásticas a partir de material reciclado.

Da mesma forma, detém os direitos autorais sobre o espantalho Olimpio, personagem criado para as ações educativas do programa, conhecido em diversas regiões do país.

Desenvolvida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., a embalagem EcoPlástica Triex® (leia mais na página 34) é outro ativo intangível do instituto. É a primeira embalagem destinada ao mercado de defensivos agrícolas produzida com resina reciclada obtida do próprio sistema.

Perfil Presença estratégica



EMPRESAS ASSOCIADAS AO INPEV NO EXERCÍCIO 2011:

- Action
- ADM do Brasil
- Agecom Produtos de Petróleo
- Agrialliance
- Agrocete
- Agrovant
- Allier Brasil Agro
- AMVAC do Brasil
- Allvet Química Industrial
- Arysta
- Atta-Kill
- Atanor
- Atar do Brasil
- BASF
- Bayer Cropscience
- Bequisa
- Bio Controle
- Bio Soja
- Biotech Controle Biológico
- BRA
- CCAB Agro
- Cheminova
- Chemotécnica
- Chemtra Comercial
- Chemtura
- Consagro
- Cropchem
- Cross Link
- De Sangosse Agroquímica
- Degesch do Brasil
- Dinagro
- Dow Agrosciences
- DuPont do Brasil
- DVA Brasil
- DVA Especialidades
- Ecco Conttrol
- Enro Industrial
- Evonik Degussa
- Fênix Industrial
- FMC
- Fersol
- Forquímica
- Helm do Brasil
- Iharabrás
- Inquima
- Irrigações Dias Cruz
- Isagro Brasil
- Isca Tecnologias
- Itaforte Bioprodutos
- Laboratórios Pfizer
- Laboratório de Biocontrole Farroupilha
- Lanxess
- Luxembourg
- Matsuda
- Merck
- Microquímica
- Microsál
- Milenia
- Momentive Performance Materials
- Monsanto
- Nitral Urbana
- Novozymes Bioag
- Nortox
- Nufarm
- Ouro Fino
- Oxiquímica
- Petrobrás
- Pilarquim
- Plato do Brasil
- Poland Química
- Prentiss
- Produtos Químicos São Vicente
- Prophyto
- PR Trade
- Rohm and Haas
- Rotam do Brasil
- Sabero Organics América
- Samaritá
- Sinon do Brasil
- Sipcam UPL Brasil
- Stoller do Brasil
- Sumitomo
- Syngenta
- Taminco do Brasil
- Total Lubrificantes
- Unibrás Agro Química
- Union Agro
- United Phosphorus do Brasil
- W. Neudorff

ENTIDADES ASSOCIADAS:

ABAG

Associação Brasileira de Agribusiness

ABAS

Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários

AENDA

Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos

ANDAV

Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários

ANDEF

Associação Nacional de Defesa Vegetal

APROSOJA

Associação Brasileira dos Produtores de Soja

APPS

Associação Paulista dos Produtores de Semente e Mudanças

CNA

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

OCB

Organização das Cooperativas Brasileiras

SINDAG

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola



25

ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL
POSSUEM UNIDADES DE RECEBIMENTO
DE EMBALAGENS VAZIAS

Em 2011, três **novas entidades** se associaram ao inpEV: Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários (Abas), Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e Associação Paulista dos Produtores de Semente e Mudas (APPS)

ASSOCIE-SE

Toda empresa produtora/comercializadora de produtos registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da Lei Federal 7.802/89 pode se associar ao inpEV. Veja os detalhes no site www.inpev.org.br.

Durante preparação do produto para uso, agricultor realiza a tríplex lavagem da embalagem. O processo permite aproveitamento total do produto e facilita a reciclagem do recipiente

Alinhamento de práticas



A estrutura de governança **conduz o instituto** para o alcance de sua visão

GRI 4.1; O inpEV adota um modelo de governança corporativa alinhado às melhores práticas do mercado e segue normas estritas de auditoria e controle. Seu mais alto órgão é a Assembleia Geral, constituída pelas empresas associadas contribuintes e entidades fundadoras, que têm a função de validar as diretrizes estratégicas de médio e longo prazo, além de aprovar os balanços econômicos e operacionais e eleger o Conselho Diretor – órgão que o assessoria na tomada de decisão e na definição de diretrizes e objetivos estratégicos (*leia mais a seguir*).

O Estatuto Social do inpEV reitera a necessidade de atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade e também define as finalidades do instituto: gerir o processo de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no país; prestar consultoria ambiental na área para fins de pesquisa; desenvolver soluções voltadas para o segmento; conceder marca de conformidade e certificados de adoção de práticas de gestão ambiental e gerir processos de destinação de outros setores.

De acordo com o Estatuto Social, gerir o processo de destinação significa dar apoio e orientação à indústria, canais de distribuição e agricultores no cumprimento de suas responsabilidades definidas pela legislação, reciclar e transportar embalagens e promover a educação ambiental referente às embalagens vazias de agrotóxicos.

13

INTEGRANTES COMPOEM O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO. ELES SÃO INDICADOS POR SÓCIOS CONTRIBUINTES E ENTIDADES ASSOCIADAS

Assembleia geral

Órgão soberano do inpEV, a Assembleia Geral é constituída por associados contribuintes e pelo presidente do Conselho Diretor do instituto ou por pessoa designada por ele. As Assembleias são realizadas duas vezes ao ano, e são convocadas pelo Conselho Diretor. O encontro do primeiro semestre concentra-se na aprovação do relatório anual de atividades do exercício anterior; na prestação de contas e no balanço do exercício concluído. Representantes de 13 empresas associadas compareceram nessa reunião, além de membros do inpEV.

No segundo semestre, são temas principais a eleição dos membros do Conselho diretor e a eleição dos membros do Conselho Fiscal, bem como aprovação do orçamento do ano seguinte.

A Assembleia Geral Extraordinária, por sua vez, reúne-se após requerimento dos associados contribuintes para a definição diferentes temas, como a destituição de membros eleitos, reformas do estatuto e mudanças no inpEV.

Governança corporativa Alinhamento de práticas

CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor é formado por 13 membros titulares, sendo cinco representantes dos sócios contribuintes (eleitos em Assembleia) e oito representantes de entidades associadas (sócios colaboradores), além do diretor presidente do instituto. O órgão tem como função definir as diretrizes para o cumprimento da missão do instituto e de seus objetivos sociais; garantir o cumprimento da lei: proteger o patrimônio; zelar pela correta aplicação dos recursos; promover a sinergia entre os elos da cadeia produtiva agrícola; autorizar o inpEV a representar, postular seus objetivos sociais e aprovar os acordos e convênios firmados pela Presidência do instituto.

O mandato dos integrantes do Conselho Diretor (sócios contribuintes) é de dois anos – nos anos pares renovam-se três membros e nos anos ímpares, dois.

Conselho Diretor – ano 2011 (sócios contribuintes):

Basf

Guido Visintin

Vinícius Ferreira Carvalho

Bayer Cropscience

Peter Ahlgrimm – Vice-presidente do Conselho Diretor

Rodrigo Takaki Utiaque

Dow Agrosciences

**Welles Clovis Pascoal –
Presidente do Conselho Diretor**
Everson Medeiros

DuPont do Brasil

José Donizeti Vilhena
Marcelo Okamura

Monsanto

Luciano Fonseca
Guilherme Correia

Sócios colaboradores:

*ABAG - Associação Brasileira
de Agribusiness*

Cristiano Walter Simon
Luiz Antonio Pinazza

*AENDA - Associação das Empresas
Nacionais de Defensivos Agrícolas*

Túlio Teixeira de Oliveira

*ANDAV - Associação Nacional dos
Distribuidores de Insumos Agrícolas e
Veterinários*

Luis Antonio Moreira
Henrique Mazotini

*ANDEF - Associação Nacional de
Defesa Vegetal*

Eduardo Daher
Peter Ahlgrimm

*APROSOJA - Associação Brasileira dos
Produtores de Soja*

Glauber Silveira
Fabício Morais Rosa

CNA - Confederação Nacional de Agricultura

Alexandre Kriechler
Daniel Klüppel Carrara

*OCB - Organização das
Cooperativas Brasileiras*

Evaristo Câmara Machado Netto
Renato Nobile

*SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria
de Produtos para Defesa Agrícola*

Amaury Paschoal Sartori
José Roberto da Ros

Diretoria Executiva

O inpEV é administrado por sua diretoria executiva, responsável por cumprir as disposições estatutárias, assim como as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor, além de manter a conduta ética e legal do instituto. O diretor presidente é um membro independente, não sendo vinculado às empresas associadas e nomeado pelo Conselho Diretor. Ele lidera a diretoria executiva e exerce diferentes funções tais como encaminhar ao Conselho Diretor as propostas de admissão de associados, estabelecer acordos e convênios e interagir com agentes externos ao instituto.

A governança do inpEV é pautada pelas diretrizes e objetivos estratégicos

Conselho Fiscal

Constituído por três membros eleitos pela Assembleia Geral, dentre os associados contribuintes, tem por finalidade auxiliar e fiscalizar os órgãos dirigentes do inpEV, além de propor medidas que favoreçam o equilíbrio financeiro do instituto. As reuniões ordinárias são realizadas a cada semestre – ou extraordinariamente quando solicitado por qualquer um de seus membros, pelo presidente da Diretoria Executiva ou por qualquer membro do Conselho Diretor.

Os membros do Conselho Fiscal têm mandato de dois anos, com a possibilidade de uma reeleição consecutiva. As empresas, por sua vez, não podem acumular cargos de membro do Conselho Diretor e membro do Conselho Fiscal.

Em 2011, o Conselho Fiscal foi composto pelas empresas Arysta Lifescience, FMC e Iharabrás.

Comitê tributário

O Comitê tributário é um órgão interno criado para facilitar o alinhamento dos participantes do Sistema Campo Limpo a temas fiscais, tributários e societários nas esferas federal, estadual e municipal. Instituído em março de 2008, é formado por profissionais do inpEV, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e de consultores externos que se reúnem mensalmente.



Governança corporativa

Alinhamento de práticas



MISSÃO

GRI 4.8

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

VISÃO

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e autossustentável no Brasil.



VALORES E PRINCÍPIOS

GRI 4.8

Espírito de equipe

Ética

Inovação

Respeito às diferenças

Responsabilidade socioambiental

Satisfação das empresas e entidades associadas e *stakeholders*

Segurança

Soluções construídas com o cliente

Transparência



ESTRUTURA

A estrutura operacional do instituto está dividida em três processos de trabalho:

Processos administrativos – Gestão financeira, de recursos humanos e de tecnologia da informação.

Processos básicos – Gestão da destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas do recebimento à disposição final.

Processos de suporte – Atividades de orientação e apoio para que os agentes do sistema cumpram corretamente as normativas legais; de educação e conscientização da importância e necessidade de proteção à saúde e ao meio ambiente; desenvolvimento tecnológico e projetos.

O Código de Conduta desempenha papel fundamental no processo de fortalecimento da cultura do instituto

GRI 4.6 **Ética e conduta**

e 4.8

Publicado em 2010, o Código de Conduta do inpEV orienta as ações de seus colaboradores e direciona a postura social do instituto frente aos diferentes públicos de relacionamento. Procura ainda definir alguns preceitos que possam trazer conhecimento, capacidade, experiência e cooperação a todos os elos da cadeia agrícola que fazem parte do Sistema Campo Limpo. O documento desempenha papel fundamental no processo de fortalecimento da cultura do instituto, sendo um instrumento para disseminar e reforçar os princípios, valores e a missão da organização.

O Código de Conduta do inpEV parte da premissa de que a ética exerce várias funções dentro do instituto, dentre as quais destacam-se: a integradora, unindo as pessoas pelo bem comum; a legal que regulamenta as atividades do inpEV e a ecológica que, em uma acepção holística, orienta e impulsiona o instituto a uma sociedade sustentável global baseada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais e o economicamente viável.

Compreendendo orientações acerca de quatro pilares (relações internas, relações externas, responsabilidade socioambiental e conduta perante dúvidas), é distribuído a todos os colaboradores do inpEV e aos associados. Entre os temas abordados pelo documento estão: a conduta no exercício do cargo ou função, conflito de interesse, responsabilidade de gestores e pessoas, segurança da informação e a coibição de qualquer tipo de preconceito, reforçando o respeito às diferenças.

No que diz respeito às empresas associadas, o Código de Conduta se

apresenta como uma ferramenta para uniformizar a conduta de cada uma, evitando que situações de interesses individuais se sobreponham aos interesses para os quais o instituto foi criado. Já com os fornecedores, prestadores de serviços e parceiros do inpEV, o documento deve ser seguido de forma a orientá-los em suas relações comerciais e técnicas com o instituto.

Acompanhamento da gestão

A prestação de contas referentes às atividades desempenhadas pelo instituto respeita os princípios fundamentais de contabilidade e passa por auditoria realizada por profissionais externos independentes e parecer do Conselho Fiscal do inpEV.

Para o acompanhamento sistemático dos seus principais indicadores de gestão, o instituto utiliza como ferramenta o Painel de Bordo, desenvolvido pela Fundação Dom Cabral – parceira do instituto no acompanhamento do planejamento estratégico e da gestão empresarial - e utilizada desde 2006 para o monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelo inpEV e pelo Sistema Campo Limpo. A ferramenta com base na *web* visa a facilitar a revisão periódica da eficácia das estratégias adotadas e, com isso, a rápida correção de rumo, quando necessário. Os resultados dos indicadores são acompanhados a cada mês durante as reuniões de Avaliação Gerencial Mensal (AGM) e do Conselho Diretor.

No início de 2012, o instituto passou a adotar um novo modelo de Painel de Bordo que oferece mais recursos para facilitar o acompanhamento dos indicadores e a tomadas de decisão. O novo modelo contempla ferramentas como relatórios e gráficos; mais segurança para acesso aos dados; análise das informações de previsto *versus* realizado; possibilidade de comparação com meses anteriores, entre outras funcionalidades que contribuem para o amplo entendimento dos resultados alcançados.

PAINEL DE BORDO 2011

INDICADOR:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Total de embalagens (destinadas em Kg)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Embalagens recicladas (em kg)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Total de embalagens destinadas (de PEAD Mono em Kg)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Total de embalagens destinadas (de COEX em Kg)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Incineração (investimentos em R\$)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Execução do orçamento (R\$)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Custo do sistema (total em R\$)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Custo do sistema (sem área de projetos) em R\$	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Peso transportado por caminhão (equivalente truck em kg)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Exposição na mídia (número de matérias publicadas)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

● Meta Superada
 ● Meta realizada
 ● Meta abaixo do estimado
 ● Meta realizada, ainda que próxima do limite interior

Governança corporativa Alinhamento de práticas



GRI 4.11

Gestão de riscos

A gestão colocada em prática pelo inpEV é baseada no mapeamento, monitoramento, prevenção e controle dos riscos associados a cada um dos processos do Sistema Campo Limpo, desde o transporte das cargas de embalagens, operações nas unidades de recebimento, a disposição final e as atividades do instituto em sua sede administrativa.

Os riscos trabalhistas e ambientais são constantemente gerenciados pelo inpEV. Os funcionários das unidades de recebimento de embalagens passam por uma série de exames previstos pelo Ministério do Trabalho e pela Resolução Conama nº 334, que trata sobre as atividades nas unidades de recebimento. Anualmente, também são realizados os treinamentos POPi (Procedimentos

Operacionais Padrão inpEV), que abordam as técnicas para garantir a produtividade, a segurança e a qualidade no manuseio das embalagens vazias.

A empresa responsável pela operação logística, Luft Agro, utiliza o Sassmac, Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade, para prevenção de riscos de logística e transporte, além de participar do “Programa de atuação responsável” da Abiquim.

Em 2011, a atenção esteve bastante voltada para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com um forte acompanhamento dos termos da nova legislação nacional para assegurar que não houvessem conflitos ou impactos negativos no Sistema Campo Limpo.



Funcionário da Campo Limpo verifica
estoque das embalagens Ecoplástica Triex®



Olhar no futuro

As iniciativas atuais e futuras do inpEV são planejadas e conduzidas com base no Projeto Empresarial do instituto. O documento olha para o futuro e define o rumo estratégico que a organização deve seguir para atingir seus objetivos, sendo o principal deles a busca pela autossustentabilidade econômica do Sistema Campo Limpo.

Como um processo de planejamento estratégico, o Projeto Empresarial estimula o engajamento de todos os funcionários e permite avaliações fundamentais para o bom direcionamento da gestão. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento das atividades no médio e longo prazo, mantendo o equilíbrio entre os objetivos e os recursos do instituto.

Em 2011, foram traçados 12 objetivos estratégicos que refletem perspectivas do inpEV e do programa de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas, que devem ser alcançados nos próximos anos. Esses objetivos estratégicos deram origem a 19 projetos, com implantação em períodos de um a três anos.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETOS RELACIONADOS
Ter a cultura da segurança disseminada no Sistema Campo Limpo	Implantar programa de segurança nas UREs Implantar programa de segurança no inpEV
Ter um processo interno de consolidação de informações implementado	Desenvolver e implantar processos para obtenção, registro e divulgação de informações Sistemas integrados com qualidade Agendamento online de entrega de embalagens
Ter a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) harmonizada nos estados	Desenvolver os planos de gestão de resíduos sólidos estaduais
Ter excelência na gestão das centrais	Implantar programa de gestão de capital humano para centrais Implementar programa para harmonizar a operacionalização dos convênios
Atuar na prestação de serviços de gestão de resíduos para setores agrícolas	Realizar análise de viabilidade para prestação de serviços para o setor de fertilizantes Sacaria de sementes Saneantes domissanitários
Atuar na prestação de consultoria de gestão de resíduos	Desenvolver estudo para prestação de serviços de consultoria
Contribuir positivamente para a imagem do setor	Divulgar o Sistema Campo Limpo para formadores de opinião Ampliar programa de educação ambiental continuada
Capturar valor por meio da destinação final adequada	Buscar eliminação ou redução do ônus tributário Implantar sistemas de qualidade para agregação de valor à cadeia da reciclagem Redução de custos por meio de alternativas para destinação das embalagens
Ter recicladores engajados com o Sistema Campo Limpo	Acompanhamento por meio de indicadores
Atender aos associados em suas demandas da PNRS para agrotóxicos, seus resíduos e embalagens (pós-consumo)	Recebimento de impróprios no sistema
Fortalecer relacionamento com principais públicos estratégicos do Sistema Campo Limpo	Divulgar o Sistema Campo Limpo para formadores de opinião
Capacitação e motivação de colaboradores	Estruturar e implantar processo de gestão do capital humano do inpEV

Estratégia e perspectivas Olhar no futuro



Perspectivas crescentes

O inpEV acompanha atentamente a tendência de expansão da agricultura no Brasil, uma vez que essas alterações na área agrícola impactam diretamente o Sistema Campo Limpo. Em 2011, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no país cresceu 6,9% segundo o Instituto Nacional Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) alcançando 159,9 milhões de toneladas. Esse fato, somado aos altos preços das commodities agrícolas capitalizaram os produtores para investirem em tecnologia e reforçarem a produtividade. Esses também são fatores associados ao aumento na venda de defensivos agrícolas no ano passado – que chegou a 12%, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).

Para dar conta da crescente demanda, o inpEV investe na estrutura de postos e centrais existentes e em novas unidades de recebimento de embalagens continuamente. Em 2011, R\$ 28,2 milhões foram aplicados na reforma, ampliação, manutenção e construção de postos e centrais.

O número de unidades de recebimento é estável nos dois últimos anos – 421 unidades em funcionamento, que ocupam uma área de 146 mil m² construídos em 25 estados e no Distrito Federal. Em 2011, foram inaugurados oito novos postos e uma central (*leia mais na página 28*).



O inpEV aplicou R\$ 28,2 milhões na reforma, ampliação, manutenção e construção de postos e centrais



METAS

- **Chegar até 2015 produzindo embalagens e gerando recursos suficientes para contribuir com a autossustentabilidade econômica do sistema;**
- **Concluir o levantamento sobre agrotóxicos obsoletos em São Paulo até 2012;**
- **Concluir a destinação final adequada de cerca de 800 toneladas de agrotóxicos obsoletos do Paraná até 2012;**
- **Finalizar o estudo de viabilidade da destinação de sacarias de sementes em 2013 com recomendações ao setor;**
- **Finalizar o projeto piloto de destinação de embalagens vazias de saneantes de uso profissional em 2012 com recomendações ao setor;**
- **Implantar o agendamento online para a devolução de embalagens vazias por parte dos agricultores;**
- **Implantar três centrais de recebimento de embalagens nas regiões de nova fronteira agrícola (Maranhão, Piauí, Tocantins e Oeste da Bahia);**
- **Ter todos os recicladores de plástico e papelão certificados pela norma ISO 9001:2008 até 2013.**

SISTEMA CAMPO LIMPO

Atuação coordenada



Pioneiro em aplicar o conceito de responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos, o Sistema Campo Limpo está presente em praticamente todo o país e envolve cerca de 5 milhões de agricultores¹ que, junto à indústria, canais de distribuição e o poder público, são responsáveis pela correta destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, conforme determinam a Lei Federal 9.974/2000 e o Decreto Federal 4.074/2002. Desde que entrou em funcionamento, em 2002, o Sistema já retirou do meio ambiente mais de 200 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

O Sistema Campo Limpo é referência para outros setores e um exemplo para o mundo na gestão de resíduos sólidos e na implantação do programa de logística reversa que hoje destina 94% das embalagens plásticas primárias (que entram em contato direto com o produto) e 80% do total de embalagens vazias de defensivos agrícolas que são comercializadas.

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Acesse

www.inpev.org.br

Para informações
sobre sistema, leis
e regulamentos



LEGISLAÇÃO

Os aspectos legais relacionados ao Sistema Campo Limpo podem ser consultados no site do inpev (www.inpev.org.br). Nele, estão disponíveis os acessos aos textos da Lei 9.974/00, que disciplina o recebimento e destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários, e da Lei 12.305/10, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), entre outras regulamentações.

Nesse processo, o inpev representa a **indústria**, retirando as embalagens vazias devolvidas nas unidades de recebimento e enviando-as para a sua correta destinação: reciclagem ou incineração. O instituto também cogerecia as centrais de recebimento, junto com associações de distribuidores ou cooperativas, e orienta e conscientiza o agricultor sobre suas responsabilidades no sistema. Essas atividades, possíveis graças à parceria com os demais agentes envolvidos, têm no seu planejamento e execução a participação ativa de pessoas comprometidas com o funcionamento de toda a cadeia, a começar pelos agricultores.

Habitado ao uso de defensivos agrícolas em suas lavouras, **os agricultores** compreenderam nos últimos anos a importância da correta destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas e hoje incluem os procedimentos de lavagem, armazenamento e transporte ao cotidiano de suas atividades.

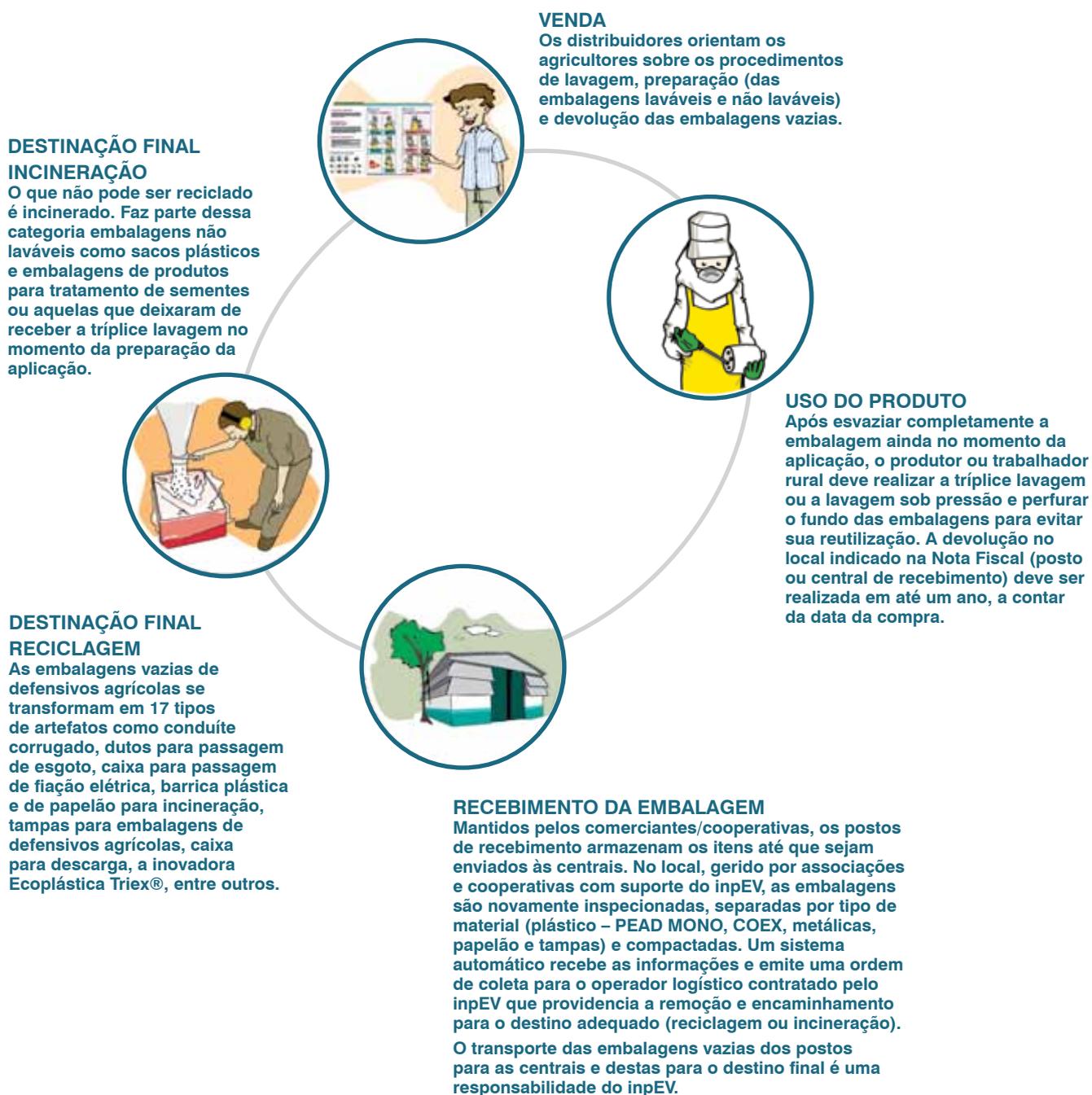
A correta realização desses passos é possível, em grande parte, graças às informações fornecidas no momento da venda pelos **canais de distribuição**, que formam outro elo do Sistema Campo Limpo. Neste caso, distribuidores e cooperativas aportam sua parcela de contribuição por meio de iniciativas de conscientização e orientação aos agricultores, além da instalação e gerenciamento dos locais de recebimento.

Completa os elos desse programa o **poder público**, com funções igualmente fundamentais para o Sistema Campo Limpo. Por meio dos órgãos estaduais de agricultura e meio ambiente fiscaliza o funcionamento da cadeia, emite as licenças de operação para as unidades de recebimento e apóia as ações de educação e conscientização dos agricultores sobre suas responsabilidades no processo.

Sistema Campo Limpo Atuação coordenada



FLUXO DO SISTEMA



Engajamento nacional

Em 2011, a quantidade de embalagens recebidas atingiu 34.202 toneladas, o que representa uma alta de 9,4% em relação a 2010, ano em que foram destinadas 31.266 toneladas. Quinze estados registraram aumento na quantidade destinada no período. Os que mais contribuíram para o aumento do material recolhido foram Bahia (+12%), Goiás (8%), Mato Grosso (24%), Minas Gerais (+5%), Rio Grande do Sul (+15%) e São Paulo (+4%), que juntos correspondem a 73% do total retirado do meio ambiente em todo o país em 2011.

A quantidade de embalagens utilizada pelos usuários sofre interferência direta de fatores climáticos, técnicos e econômicos, que podem resultar em oscilações no volume de embalagens devolvidas de uma safra agrícola para outra. Além disso, alguns estados apresentam características peculiares no hábito de compra de insumos e devolução das embalagens vazias de agrotóxicos, sendo que parte do volume comprado em um determinado estado pode ser utilizada em outros, onde as embalagens vazias são devolvidas, impactando diretamente nos índices estaduais de devolução.



34.202

TONELADAS DE EMBALAGENS
FORAM RETIRADAS DO MEIO
AMBIENTE EM 2011

EMBALAGENS DESTINADAS EM 2011
Mês/em toneladas
Total: 34.202

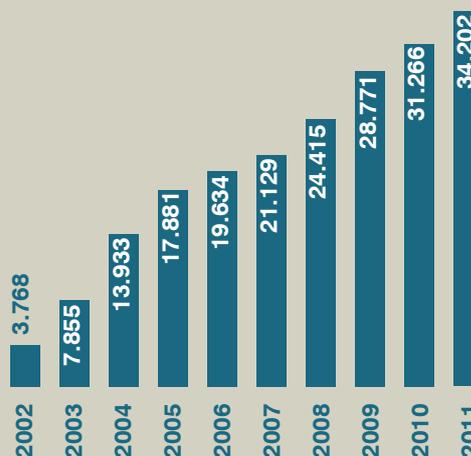


TOTAL DE EMBALAGENS DESTINADAS POR ESTADO (EM TONELADAS)

	2010	2011	EVOLUÇÃO (%)
Mato Grosso	7.103	8.785	24
Paraná	4.716	4.490*	-5
São Paulo	3.612	3.739	4
Goiás	3.313	3.579	8
Rio Grande do Sul	2.839	3.272	15
Bahia	2.468	2.760	12
Minas Gerais	2.605	2.733	5
Mato Grosso do Sul	2.176	2.289	5
Maranhão	581	710	22
Santa Catarina	529	551	4
Piauí	247	277	12
Pernambuco	213	239	12
Espírito Santo	194	209	8
Rio de Janeiro	22	68	211
Pará	57	63	11
Sergipe	10	33	212
Outros	576	402	-30
Total	31.266	34.202	9

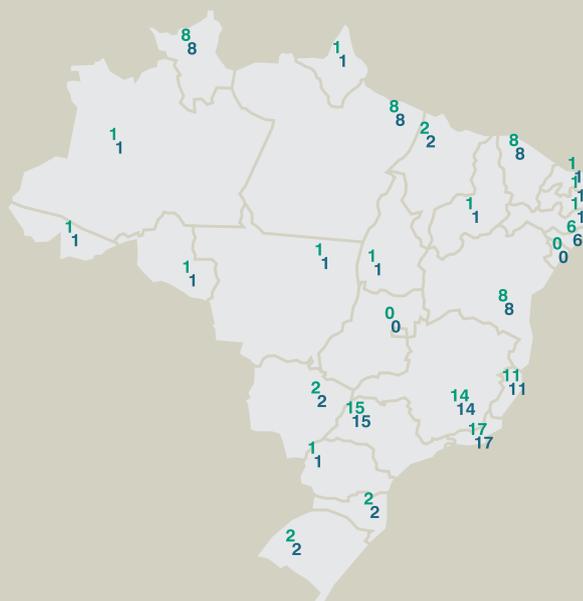
* Quantidade devolvida está estável no Paraná, quando se soma a quantidade efetivamente devolvida nas unidades: estoque mais a quantidade retirada e encaminhada para a destinação.

UMA DÉCADA DE EXPANSÃO CONTINUADA
ANO/EM TONELADAS
Total: 202.854



Presença do Sistema Campo Limpo

UNIDADES DE RECEBIMENTO



TOTAL DE CENTRAIS	114
TOTAL DE POSTOS	307
TOTAL GERAL	421

Área ampliada

Além das quantidades anuais crescentes de toneladas de embalagens vazias devidamente destinadas, o Sistema Campo Limpo tem ampliado continuamente sua presença no Brasil. Em 2011, foram inauguradas nove unidades de recebimento (oito postos e uma central).

Entre as centrais de recebimento, o sistema inaugurou a segunda unidade no município de Sorriso (MT), gerenciada pela Adra (Associação dos Distribuidores e Representantes de Produtos Agroquímicos) e ampliou a de Pouso Alegre (MG). O número de postos e centrais permanece o mesmo de 2010, ou seja, 421 unidades, em função do fechamento de alguns postos: Campo Mourão (PR), Cunha Porã (SC), Formoso do Araguaia (TO), Lapa (PR) e Remanso (BA). A central de Itarana tornou-se posto de recebimento e a unidade de Taubaté, que até então era um posto, passou a ser central. Dessa forma, o Sistema Campo Limpo está presente em 25 Estados e no Distrito Federal, atingindo milhões de agricultores em todo o país.

NOVOS POSTOS DE RECEBIMENTO

Amambaí (MS)
Camocim de São Felix (PE)
Centralina (MG)
Coaceral (BA)
Jóia (RS)
Tenente Portela (RS)
Mirandópolis (SP)
Nova Brasilândia D'Oeste (RO)
Itarana (ES)*

NOVAS CENTRAIS

Sorriso (MT)
Taubaté (SP)**

CENTRAL AMPLIADA

Pouso Alegre (MG)

** Central que se transformou em posto de recebimento*

*** Posto que se transformou em central de recebimento*



MAIS SEGURANÇA

Em 2011, as centrais adotaram o trava-quedas, um dispositivo de proteção contra quedas para fortalecer os procedimentos de segurança dos funcionários das centrais de recebimento que descarregam os caminhões de embalagens vazias diretamente de sua carroceria. Os funcionários fazem uso do dispositivo quando sobem na carroceria do caminhão e começam o processo de inspeção, separação e classificação das embalagens.

Certificado atesta qualidade

Em 2011 o InpEV obteve a certificação de gestão da qualidade ISO 9001:2008 para duas centrais de recebimento que gerencia diretamente – Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP) – e para sua sede administrativa em São Paulo.

A certificação abrange uma série de elementos que garantem a qualidade da administração como mecanismos de controles, acompanhamento de resultados, gestão e exercício das atividades seguindo procedimentos, rastreabilidade das embalagens, entre outros. No caso das centrais de recebimento, a certificação englobou os processos de recebimento, segregação das embalagens, compactação, armazenamento e envio à destinação final.

O processo de certificação também permitiu a identificação de oportunidades de melhoria para a organização e que foram incorporados às rotinas das unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo. A implantação do sistema de gestão da qualidade foi iniciada

em janeiro de 2011 e concluída em dezembro do mesmo ano, atestada pelo órgão certificador BRTU V.

Em busca da melhoria contínua da qualidade de todo o Sistema Campo Limpo, o instituto procura incentivar a obtenção da certificação por seus recicladores parceiros. Até o momento, já estão certificados os processos da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos (Taubaté/SP), Dinoplast (Louveira/SP) e Plastibrás (Cuiabá/MT). A meta do instituto é ter todos os recicladores de plástico e papelão certificados até 2013.



Centrais de recebimento vencedoras do Implantar 2011 são homenageadas na entrega do Prêmio Andef, categoria Campo Limpo

Sistema Campo Limpo Atuação coordenada



Programa Implantar

O Programa Implantar, criado pelo inpEV em 2007 para incentivar as unidades de recebimento a promover melhorias em seu desempenho e a adotar as melhores práticas operacionais, reconhece as centrais de recebimento com melhor desempenho de todo o país.

Cumprimento de metas, mobilização para o Dia Nacional e indicadores de performance são critérios para a premiação de centrais

O cumprimento de metas, mobilização para o Dia Nacional Campo Limpo e a aplicação de indicadores de performance são algumas das práticas avaliadas para a pontuação das unidades que mais se destacam a cada ano em três categorias: Centrais Grandes (recebem mais de 300 toneladas de embalagens vazias), Centrais Médias (de 120,1 a 300 toneladas) e Centrais Pequenas (até 120 toneladas).

Os vencedores do Implantar são reconhecidos ainda com o Prêmio Andef, categoria Campo Limpo, iniciativa do setor para premiar as principais ações de conscientização, educação e disseminação de boas práticas no campo. Participaram do Implantar 2011, 112 centrais – três a mais do que em 2010. Na classificação geral, foram vencedoras as de Primavera do Leste (MT), Ituverava (SP) e Piracicaba (SP).

Veja os resultados desta edição, por categorias:

> 112

CENTRAIS PARTICIPAM DO PROGRAMA DE INCENTIVO DO INPEV, O IMPLANTAR.

CLASSIFICAÇÃO GERAL	
CENTRAL	
1º lugar	Primavera do Leste (MT)
2º lugar	Ituverava (SP)
3º lugar	Piracicaba (SP)

CENTRAIS GRANDES (44 UNIDADES NESTA CATEGORIA)		
CENTRAL	CLASSIFICAÇÃO	
	CATEGORIA GRANDE	GERAL
Primavera do Leste (MT)	1	1
Canarana (MT)	2	4
Dourados (MS)	3	5
Nova Mutum (MT)	4	7
Campo Verde (MT)	5	8

CENTRAIS MÉDIAS (36 UNIDADES NESTA CATEGORIA)		
CENTRAL	CLASSIFICAÇÃO	
	CATEGORIA MÉDIA	GERAL
Ituverava (SP)	1	2
Piracicaba (SP)	2	3
São Gabriel D'Oeste (MS)	3	6
Goianésia (GO)	4	9
Maracaju (MT)	5	15

CENTRAIS PEQUENAS (32 UNIDADES NESTA CATEGORIA)		
CENTRAL	CLASSIFICAÇÃO	
	CATEGORIA PEQUENA	GERAL
Araranguá (SC)	1	19
Vitória da Conquista (BA)	2	24
Irecê (BA)	3	29
Conceição do Jacuípe (BA)	4	30
Manhaçu (MG)	5	42



Transporte e logística

Para destinar embalagens de todo o país, o inpEV coordena uma complexa operação logística. Desde 2001, quando o sistema entrou em funcionamento, mais de 60 mil caminhões movimentaram as embalagens das unidades de recebimento ao destino final. O aumento de eficiência, obtido por meio da compactação de embalagens não lavadas, tem favorecido a redução do custo/kg de destinação das embalagens. A comparação entre 2010 e 2011, aponta uma redução de custos de 50% (de R\$ 0,64/kg para R\$ 0,32/kg).

Entre 2010 e 2011, a capacidade de transporte devido a **avanços** no processo de compactação das embalagens passou de cerca de **12.007 quilos** de embalagem por caminhão (equivalente *truck*) para **12.589 quilos**

De 2010 para 2011, a capacidade de transporte das embalagens plásticas aumentou 5%, passando de 12.007 quilos por caminhão para 12.589 quilos por caminhão (medida equivalente truck, um tipo de caminhão de eixo duplo na

carroceria). Isso se deve, principalmente, ao aprimoramento da compactação dos fardos nas centrais e do início da compactação das embalagens não-laváveis, que antes eram transportadas a granel.

Esses avanços geram maior eficácia em todo o sistema. Entre 2010 e 2011, o número de caminhões movimentados cresceu 20% (para 9.941 cargas transportadas), devido ao incremento nos fretes de postos para centrais. Por outro lado, o número de caminhões movimentados de centrais para o destino final permaneceu estável – apesar do volume transportado 9% superior no período –, justamente devido aos ganhos de eficiência.

Os transportes das embalagens das unidades de recebimento para o destino final são realizados utilizando o conceito de frete de retorno. O caminhão que deixa as indústrias para a entrega dos defensivos agrícolas aos distribuidores, cooperativas ou agricultores é o mesmo que, após a entrega, faz viagem de volta com as embalagens vazias armazenadas nas unidades de recebimento. Essa prática gera uma redução de 45% do custo de frete. Além disso, o inpEV consegue diminuir o impacto das operações de transporte do sistema no meio ambiente, por meio da redução das emissões de CO₂ na atmosfera.



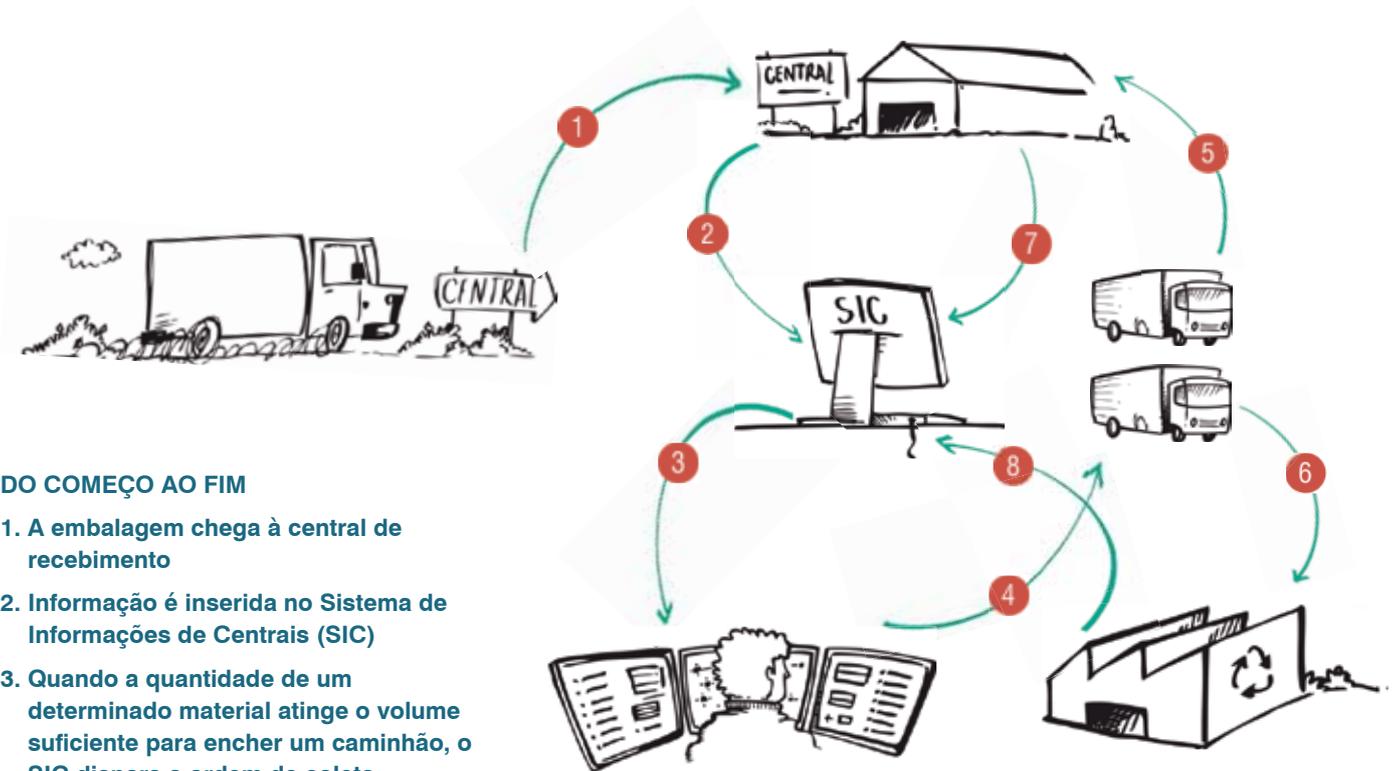
RASTREABILIDADE

Processo é mapeado e monitorado

Uma das principais ferramentas de gestão da logística é o Sistema de Informação de Centrais (SIC), que recebe e armazena dados de todo o país referentes às quantidades de embalagens vazias recebidas pelas centrais de recebimento. Ele integra informações como estoques, embalagens processadas por tipo de material, ordens de coleta, custos e despesas, e possibilita a rastreabilidade das embalagens a partir do momento em que entram nas centrais até quando

são recebidas no destino final. Todas as ordens de coleta, para que as cargas sejam retiradas e enviadas ao destino final, são emitidas via SIC.

Um sistema *online* de agendamento de entrega de embalagens pelo agricultor nas unidades de recebimento está em desenvolvimento. O agendamento prévio da entrega vai gerar informações adicionais sobre as quantidades que serão recebidas pelo sistema, possibilitando um maior planejamento logístico, além de maior comodidade para os produtores rurais.



DO COMEÇO AO FIM

1. A embalagem chega à central de recebimento
2. Informação é inserida no Sistema de Informações de Centrais (SIC)
3. Quando a quantidade de um determinado material atinge o volume suficiente para encher um caminhão, o SIC dispara a ordem de coleta
4. Após confirmação da central de recebimento, o SIC dispara a ordem de coleta para o operador logístico, que aciona uma das 20 transportadoras parceiras
5. Transportadora retira o material
6. A carga é enviada ao seu destino final (reciclagem ou incineração)
- 7 e 8. Destino final (recicladores e incineradores) e central de recebimento que enviou a carga inserem os dados no SIC, que finaliza o processo



LOGÍSTICA APRIMORADA

O inpEV realiza reuniões mensais de Planejamento Operacional, com o envolvimento das diversas áreas do instituto e ainda do operador logístico, para a revisão das informações disponíveis no SIC de forma que a operação logística possa ser continuamente aprimorada.



Destino final

Em 2009, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deliberou que os fabricantes representados legalmente pelo inpEV são os únicos responsáveis pela destinação das embalagens. O instituto direciona as embalagens vazias de defensivos agrícolas somente para recicladores que atendam aos requisitos de segurança e meio ambiente estabelecidos pelo inpEV e pela legislação.

O inpEV mantém parceria com nove empresas, sendo elas: Cimflex, Coletti, Dinoplast, Ecopaper, Pasa, Plastibrás, Recicap, Recipak e Campo Limpo Reciclagem e Transformação, localizadas nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Os parceiros que realizam a incineração das embalagens vazias não laváveis e das que não foram corretamente lavadas são Basf, Cetrel, Clariant, Essencis e Haztec.

A partir de 2008, o Sistema constituiu sua própria empresa de reciclagem de embalagens vazias de agrotóxicos. A Campo Limpo Reciclagem & Transformação de Plásticos S.A., localizada no Distrito Industrial do Piracangaguá, em Taubaté (SP), representa um importante passo do programa de logística reversa rumo à sua autossustentabilidade econômica. Inovadora e pioneira no mundo, a empresa, com 31 acionistas (fabricantes de agrotóxicos), atua como um centro de desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a reciclagem e a transformação de plásticos.

Com certificação ISO 9001 para reciclagem e transformação de plásticos em resinas pós-consumo, projeto, desenvolvimento

e fabricação de embalagens plásticas, a empresa produz e comercializa a Ecoplástica Triex® de 20 litros, a primeira embalagem desenvolvida a partir da reciclagem de embalagens de agrotóxicos pós-consumo e a primeira também fabricada com matéria-prima reciclada a obter certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para o transporte terrestre de produtos perigosos.

A Campo Limpo fabrica ainda resina pós-consumo (RPC) de polietileno de alta densidade (PEAD) de elevado padrão de qualidade e homogeneidade, que pode ser utilizado em diversas aplicações industriais.

Desde a sua fundação, em 2008, a empresa tem reforçado seu desempenho operacional para atender ao crescimento da demanda do mercado de embalagens para defensivos agrícolas. Em 2011, alguns fatos marcantes refletiram essa tendência. O destaque foi a homologação da Ecoplástica Triex® para o transporte marítimo – em complemento ao de transporte terrestre –, junto à Marinha do Brasil.

Na área industrial, foram realizadas as obras do novo galpão, que ampliou a capacidade de armazenamento em 40%, de 3.619 m² para 12.633,15 m² de área construída. A instalação de uma nova máquina sopradora, para a linha de produção de embalagens de 20 litros (com aumento de 33% da capacidade, em relação a 2010), e de nova máquina extrusora, para a fabricação de resina pós-consumo - RPC (com aumento de 33% da capacidade, em relação a 2010), complementaram as melhorias realizadas no ano.

Com o seu segmento em expansão devido ao aumento do consumo de defensivos agrícolas no país – tendência refletida, por sua vez, na expansão do Sistema Campo Limpo –, o aumento da demanda tanto por embalagens quanto para RPC- PEAD, as perspectivas são mais do que promissoras para a Campo Limpo em 2012.



CAMPO LIMPO

Produtos

Resina pós-consumo (RPC)

A resina pós-consumo de polietileno de alta densidade (PEAD) tem elevado padrão de qualidade e homogeneidade e é proveniente do sistema de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Ecoplástica Triex®

Disponível nos volumes de 5 e 20 L, a Ecoplástica é constituída por três camadas, fabricada por meio do processo de coextrusão (camadas interna e externa de resina virgem e a camada intermediária de resina pós-consumo). A inovação também tem excelente resistência e alto padrão de desempenho em linhas de envase. Segundo estudo de ecoeficiência realizado pela Fundação Espaço Eco, cada grupo de cem embalagens contribui para a redução de 360 quilos de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera (ou duas árvores que deixam de ser cortadas).

inpEV participa do esforço para identificação e remoção de agrotóxicos obsoletos que restam armazenados em propriedade rurais

Remoção de agrotóxicos obsoletos

O inpEV, representando seus associados, tem participado ativamente, de ações que visam identificar as quantidades de agrotóxicos obsoletos (produtos proibidos por lei) no campo, como um grupo de trabalho em São Paulo, que reúne representantes do Governo do Estado, indústrias fabricantes, distribuidores, cooperativas, entidades de classe e usuários finais na realização de uma campanha de levantamento junto aos produtores rurais do Estado.

O objetivo é obter informações sobre a quantidade de agrotóxicos obsoletos que porventura tenham permanecido armazenados nas propriedades rurais paulistas, após a proibição de uso na década de 80. Com base nessas informações, será possível planejar as medidas para retirar esses produtos do meio ambiente rural e dar a destinação final adequada. O levantamento está em andamento e deverá ser concluído em meados de 2012.

O inpEV contribui compartilhando a experiência adquirida com programa semelhante realizado no Paraná, que identificou mais de 1.900 propriedades rurais que armazenam mais de 800 toneladas de agrotóxicos obsoletos. O programa do Paraná, que também reúne instituições públicas e privadas com responsabilidades compartilhadas, será concluído em 2012, quando os produtos serão devolvidos aos 20 armazéns temporários do estado para encaminhamento a incineradores licenciados. O acondicionamento e transporte dos produtos será realizado pelo Governo do Estado e a destinação final (incineração), pelo inpEV.

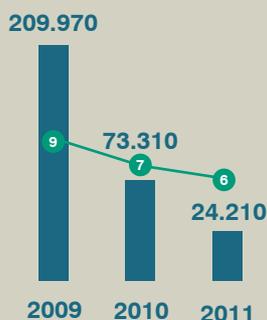
Produtos impróprios para uso

Em São Paulo, um *workshop* com a presença de representantes de órgãos de agricultura e meio ambiente de diversos estados, representantes de distribuidores e profissionais do inpEV, em agosto de 2011, debateu temas relacionados à gestão de agrotóxicos impróprios (que não podem ser utilizados por motivos como data de validade expirada ou violação do lacre). O objetivo é planejar e estruturar em conjunto um programa para viabilizar a logística reversa das embalagens com resto de produto.

Entre 2005 e 2011, o inpEV retirou do campo mais de 681 toneladas de agrotóxicos obsoletos e impróprios em ações em diversos estados, com o apoio de parceiros estaduais.

HISTÓRICO DA RETIRADA DOS OBSOLETOS E IMPRÓPRIOS

Peso (kg)
Estados



A redução nos volumes destinados a partir de 2010 ocorreu em função das altas retiradas nos anos anteriores (redução das quantidades no campo) e início dos projetos de gestão de obsoletos nos estados de São Paulo e Paraná.

NOVOS SERVIÇOS

Centro de referência em gestão da destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil, o inpEV, por meio das diretrizes traçadas por seu conselho e aprovadas nas assembleias de associados, tem ampliado sua atuação com vistas a prestação de serviços para outros setores, preferencialmente àqueles que envolvem empresas associadas ao instituto.

O projeto-piloto de destinação de embalagens vazias de produtos saneantes desinfestantes de uso profissional (utilizados para controle profissional de pragas e vetores urbanos) na Grande São Paulo, Grande Recife e Grande Rio e o estudo de recebimento para o setor de sacarias de sementes tratadas de milho e algodão, em andamento em sete regiões do país, são exemplos dessa nova frente de atuação.

O primeiro é realizado em parceria com a Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários (Abas) e, o segundo, com a Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças (APPS) e as empresas produtoras de sementes Bayer CropScience, Dow AgroSciences, Monsanto e Syngenta.

681

TONELADAS DE AGROTÓXICOS
OBSOLETOS FORAM RETIRADOS
DO CAMPO ENTRE 2005 E 2011

Ações reforçam engajamento



GRI 4.15, 4.16 e 4.17 A eficiência do programa de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos só é possível devido ao engajamento de toda a cadeia envolvida na produção e uso desses produtos. O inpEV e seus parceiros locais (órgãos estaduais, associações gerenciadoras de unidades de recebimento, órgãos de extensão rural, instituições de ensino, entre outros) interagem constantemente para manter um relacionamento próximo e contínuo com todos os públicos envolvidos nessa rede como agricultores, distribuidores, indústria fabricantes (associados e mantenedores do inpEV), imprensa, colaboradores e a sociedade como um todo.

O Dia Nacional do Campo Limpo é um dos principais exemplos desse diálogo, mobilização comunitária e engajamento: incluído no calendário oficial do país, o dia 18 de agosto movimenta unidades de recebimento, representantes do poder público nas diversas esferas de atuação, colaboradores, parceiros do entorno das unidades de recebimento e a população em geral, além de outros participantes do evento. Em 2011, alcançou a participação de mais de 65 mil pessoas (*leia mais à página 40*).



PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

GRI 4.14

Agricultores
Colaboradores
Distribuidores/cooperativas e unidades de recebimento
Empresas e entidades associadas
Imprensa
Poder público
Recicladores e incineradores parceiros
Sociedade

Campanhas, materiais educativos, informativos, *workshops*, seminários e treinamentos são outras iniciativas complementares adotadas para estimular a participação, o respeito às leis vigentes e o entendimento sobre a importância de toda a cadeia para o Sistema Campo Limpo.

O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (*leia mais à página 42*), outra iniciativa do inpEV e das centrais de recebimento pela educação, fornece material didático sobre o ciclo de vida das embalagens, alinhado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental de escolas do entorno das unidades de recebimento.

Além de muitas informações disseminadas pelo site do inpEV (www.inpev.org.br), o instituto lançou um novo site em celebração aos seus dez anos, que conta a história de formação do instituto e do Sistema Campo Limpo. Lançado em dezembro de 2011 (www.memoriainpev.org.br), além de uma linha do tempo, dispõe de um acervo de imagens, vídeos, campanhas e outras informações sobre a construção e consolidação do programa de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Durante o ano, o instituto também intensificou sua participação em debates sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que define a responsabilidade da gestão de resíduos pós-consumo para todos os segmentos produtivos, e monitorou a tramitação de projetos de lei nacionais e estaduais que englobam o trabalho realizado pelo Sistema Campo Limpo.

GRI SO 5



Nossos públicos estratégicos

Sociedade

PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA

Uma manhã de quinta-feira atípica, diferente da que se poderia esperar para um dia corriqueiro da semana, movimentou a cidade de Rio Verde, em Goiás, em 2011. Na sede da Associação dos Distribuidores de Produtos Agrícolas de Rio Verde (Adirv), que gerencia a central local de recebimento de embalagens vazias – a maior do estado e quarta do Brasil, com capacidade de recebimento de mais de 800 toneladas anuais do material –, uma movimentação chamou atenção dos habitantes do município.

Quem da rua apurou os ouvidos naquele dia 18 de agosto, percebeu que ali acontecia algo especial. A começar pelas crianças do Coro da Secretaria Municipal de Educação, que cantaram músicas com letras relacionadas à preservação do meio ambiente. Em um palco montado especialmente para a ocasião, com um cartaz destacando os dizeres “Dia Nacional do Campo Limpo 2011 – Pelo bem da agricultura, do planeta e das futuras gerações”, o agricultor Nei Eusebio Vian, que desde a fundação da Adirv devolve todas as embalagens que utiliza, recebeu o troféu “Agricultor de Destaque Campo Limpo 2011”.

“Primeiro eu faço a tríplice lavagem, furo as embalagens e depois eu levo no local determinado”, disse Vian. Suas resumidas palavras contaram aos presentes, passo a passo, quais são suas responsabilidades – e as de milhões de produtores agrícolas do país – no Sistema Campo Limpo. O Dia Nacional do Campo Limpo cumpriu mais uma vez a sua finalidade de promover a conscientização e a educação sobre a importância da logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos. E não apenas na cidade goiana, escolhida para a abertura oficial das celebrações.

Das 99 unidades de recebimento que participaram simultaneamente do Dia Nacional do Campo Limpo em 2011 em todo o Brasil, a maioria abriu suas portas no dia 18 de agosto, enquanto outras realizaram atividades educativas em escolas ou locais públicos de seus respectivos municípios. Apresentações de peças teatrais, plantio de árvores, palestras educativas e outras ações divertiram e educaram a comunidade em 21 estados. Desde a sua primeira edição, em 2005, o Dia Nacional do Campo Limpo já envolveu 500 mil pessoas, entre agricultores, autoridades e a comunidade.

Realizado anualmente pelo inpEV, centrais de recebimento e diversos parceiros desde 2005, o Dia Nacional do Campo Limpo conta com atividades educativas em escolas ou locais públicos – entre apresentações de peças teatrais, palestras e plantio de árvores. Em 2011, essas ações mobilizaram 94 unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos em todo o país.

Juntas, elas divulgaram simultaneamente o Sistema Campo Limpo e promoveram diferentes atividades de conscientização sobre a preservação do meio ambiente para toda a comunidade. Tem sido assim ano após ano: mais de 500 mil pessoas já participaram das sete edições do Dia Nacional do Campo Limpo, que se transformou em uma data esperada em diversas cidades brasileiras. Apenas no ano passado, 500 crianças de várias escolas públicas das festividades, em 18 de agosto.

ATIVIDADES LÚDICAS

Entre as 500 crianças de várias escolas públicas que participaram das comemorações do Dia Nacional do Campo Limpo, em 18 de agosto de 2011, na cidade do Paranoá, no Distrito Federal (DF), João Victor Soares, de oito anos, aproveitou a oportunidade para se divertir e aprender.

Para ele, o dia foi mais do que divertido. “Aprendi muito sobre o meio ambiente, e quero ensinar ao meu irmão e aos meus pais como preservá-lo. Hoje aprendi a plantar”, disse animado em entrevista a um jornal local. Sua vontade de levar aos pais e ao irmão o novo saber, disseminando o aprendizado sobre a importância da preservação do meio ambiente no campo, é uma das principais conquistas do Sistema Campo Limpo, que, a partir de ações voltadas para as novas gerações, leva conhecimento ao agricultor e seu entorno.



500

CRIANÇAS PARTICIPAM DO DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO EM CATANDUVA – SP

Dia especial

O Dia Nacional do Campo Limpo em Catanduva – SP, celebrado anualmente em 18 de agosto, envolveu 67.649 pessoas e 99 unidades de recebimento em 21 estados:



* (71 abriram suas portas para a comunidade)

Nossos públicos estratégicos Ações reforçam engajamento

Educação nas escolas

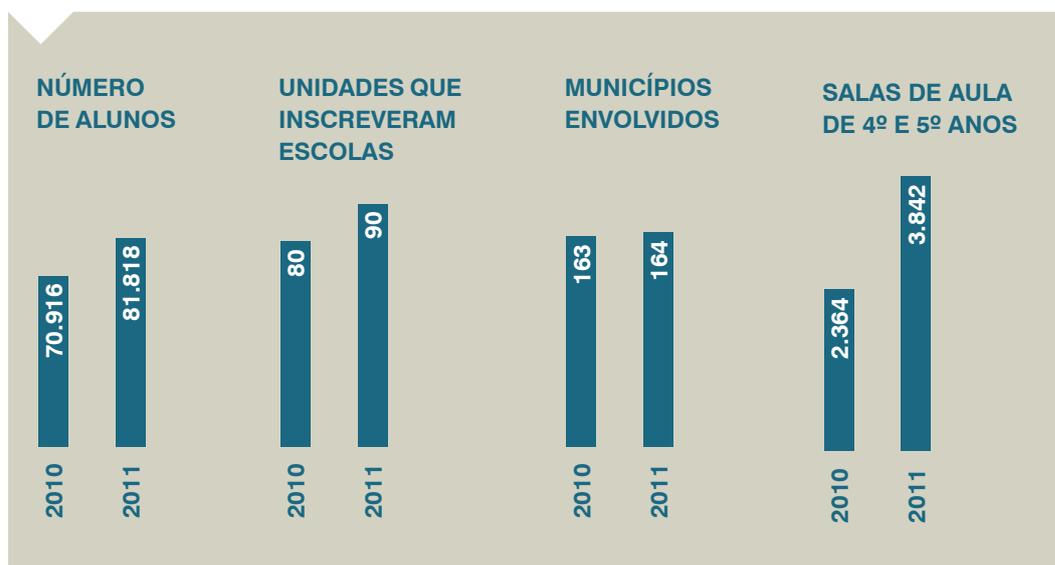
Uma das ações educativas mais importantes do Sistema Campo Limpo, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo tem o objetivo de prestar apoio a escolas no enriquecimento de conteúdos curriculares com temas relacionados ao meio ambiente e alinhados às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

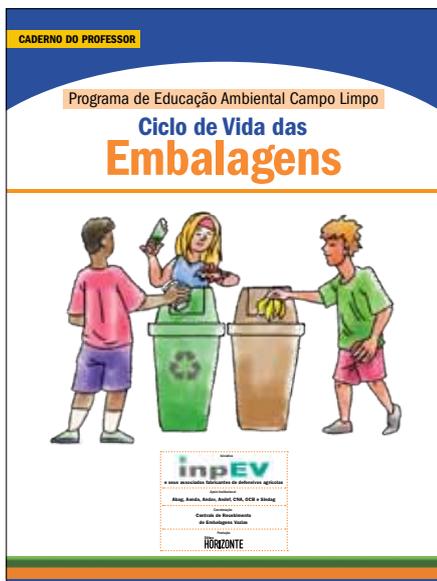
Em 2011, ele envolveu 81.818 alunos do Ensino Fundamental I (4º e 5º anos), de 1.001 escolas do país, ante os 70.916 estudantes de 2010. O Programa de Educação Ambiental, que tratou o tema Ciclo de Vida das Embalagens, envolve

parcerias com secretarias municipais de educação, núcleos de ensino, diretores ou coordenadores pedagógicos. As instituições participantes receberam kits com materiais pedagógicos especialmente desenvolvidos e com abordagem multidisciplinar. Além do caderno do professor, que orienta a aplicação do conteúdo, complementam o conteúdo materiais de apoio, como o jogo de tabuleiro “Na trilha das embalagens” e um pôster com informações sobre o tempo de decomposição das embalagens na natureza e o ciclo de vida das embalagens da produção à reciclagem. O programa estimula ainda a participação das crianças em concursos de desenho e redação com etapas local e nacional.

O Programa de Educação Ambiental prepara professores para multiplicar o conhecimento a respeito do meio ambiente

O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo é uma das ações de educação mais importantes e abrangentes do sistema. Voltado a alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental, em 2011, os resultados superaram os do ano anterior:





PESSOAS IMPACTADAS COM AÇÕES EDUCATIVAS DO SISTEMA CAMPO LIMPO

	2009	2010	2011
Número de pessoas envolvidas (DNCL + PEA*)	112.638	139.616	122.772
Dia Nacional do Campo Limpo – pessoas envolvidas**	N.A	90.392	67.649
Número de estados	23	23	21
Número de unidades de recebimento participantes	99	98	99
Programa de Educação Ambiental Campo Limpo – pessoas envolvidas	N.A	70.916	81.818
Número de unidades que inscreveram escolas	N.A	80	90
Salas de aula de 4º e 5º ano participantes do PEA	N.A	2.364	3.842
Municípios envolvidos no PEA	N.A	163	164
Participantes concurso de desenho	41.871	42.056	42.061
Participantes concurso de redação	17.349	25.921	39.813

* DNCL – Dia Nacional do Campo Limpo. PEA - Programa de Educação Ambiental Campo Limpo.

** Participantes das seguintes atividades: Portas abertas; Comunidade e atividades em escolas; Modalidade informal. Foram 71 centrais de portas abertas e 1.153 escolas envolvidas, sendo 1.001 também integrante do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo

AMIGOS DO JUDÔ

A atuação do Sistema Campo Limpo também se estende na área social. O inpev e as centrais de recebimento apoiam o Projeto Ajudô - Amigos do Judô, uma ação de inclusão social por meio da prática esportiva que oferece aulas da modalidade para cerca de 80 crianças e adolescentes de baixa renda do centro da cidade de São Paulo. Além de permitir a integração dos participantes, a iniciativa promove o aprendizado do esporte, a participação em competições amadoras e o envolvimento das famílias da comunidade onde o programa ocorre.

Em 2011, mais de 70 centrais de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas adotaram pelo menos um judoca durante todo o ano.

GANHE TEMPO: AGENDE JÁ A DEVOLUÇÃO DAS SUAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS.

- ELIMINE ESPERAS DESNECESSÁRIAS.
- PLANEJE MELHOR O USO DO SEU CAMINHÃO.

AGENDE SUA ENTREGA:
[99] 8807-7053 / [99] 3541-3118

CENTRAL DE RECEBIMENTO DE BALSAS:
ROD. BR 230, KM 10
(DE FRENTE À GRANJA BALSAS) - 400 M À ESQUERDA (SENTIDO BALSAS - MACHÃO).

Ariab inpEV

E PELO BEM DA AGRICULTURA E DO PLANETA.

Nossos públicos estratégicos

Ações reforçam engajamento



Exposição na mídia

Em 2011, uma das demonstrações mais contundentes do processo de ampliação do conhecimento da sociedade sobre o sistema foi a publicação espontânea de 3.237 matérias e reportagens relacionadas ao Sistema Campo Limpo e ao inpEV (média de nove citações espontâneas diárias na mídia) e sua atuação em emissoras de televisão, jornais e revistas, rádios e internet, o que representa um aumento significativo de 33% em relação a 2010 (quando 2.436 matérias foram publicadas).

Os principais assuntos divulgados foram os resultados mensais de destinação de embalagens, o Dia Nacional do Campo Limpo, os recebimentos itinerantes e a participação em feiras e eventos do setor, além de matérias informativas sobre o sistema.

Campanhas regionais

A realização de campanhas regionais também aproximou o público do sistema e de seus benefícios para o meio ambiente e saúde humana. Os trabalhos desenvolvidos durante o ano tornaram possível o início, em 2012, da campanha Seja Legal, ação conjunta da Associação do Comércio de Insumos Agrícolas (Aciagri), gerenciadora das centrais de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos de Barreiras, Roda Velha e Rosário (BA), e do inpEV, com o apoio da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab).

Com o personagem Legal (embalagem que faz o sinal de positivo) na linha de frente, a iniciativa reforça junto aos agricultores a necessidade de que as devoluções de embalagens sejam feitas somente no local indicado na Nota Fiscal e estimula o agendamento prévio, que, no caso das centrais, pode ser feito por telefone ou, no caso da Aciagri, pela internet.

Na mesma linha, a campanha Agende Já, nas cidades de Balsas (MA) e Dourados (MS), chamou a atenção de agricultores para as vantagens do agendamento. Em conjunto com a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (Ariab) e da Associação das Revendas de Defensivos Agrícolas da Grande Dourados (Aregran), a campanha destacou não apenas a comodidade da entrega agendada, mas também a redução de esperas desnecessárias e o melhor planejamento do transporte pelos produtores.

Projeção nacional

Uma nova campanha envolveu uma movimentação para gerar uma divulgação em massa para diversos públicos em todo o país. No centro desse projeto está o carismático personagem Olimpio, que transmite as mensagens educativas sobre a legislação que regulamenta a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos.

Reconhecido – e admirado – no campo, o espantalho Olimpio e a dupla Victor e Leo estrelam nova campanha educativa sobre a lavagem e devolução das embalagens



vazias, em que o agricultor é apontado como o grande colaborador por um campo mais limpo. Elaborada durante 2011 com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a ideia deu origem a um filme, considerado de utilidade pública e distribuído pelo Governo Federal às emissoras de televisão para veiculação em todo o país nos períodos de março a maio e agosto a outubro de 2012. O inpEV complementou os esforços do Governo Federal com materiais para expor em revendas de defensivos agrícolas (display de mesa e móvel), painéis de estrada, além de divulgação pela internet.

A veiculação em rede nacional da nova campanha com o Olimpio, durante alguns meses em 2012, abre novas perspectivas para ampliar o conhecimento sobre o sistema

pelo público em geral. Para saber mais sobre a ação acesse www.inpev.org.br/campanha.

Por meio da Secretaria de Comunicação (SECOM) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o governo apoia as campanhas educativas do instituto dirigidas aos agricultores, para estimulá-los a cumprir sua responsabilidade de lavar e devolver suas embalagens vazias. As campanhas são produzidas pelo inpEV e recebem a chancela do Governo Federal que as distribui a emissoras de televisão por se tratarem de uma mensagem de utilidade pública. O inpEV não recebe ajuda financeira do governo.

GRI EC4

Esses são os principais indicadores dos canais de comunicação para os diversos públicos de relacionamento do Sistema Campo Limpo:

PRINCIPAIS RESULTADOS - RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS ESTRATÉGICOS			
	2009	2010	2011
Requisições ao Fale Conosco do site	851	667	618
Newsletters enviadas ¹	3	7	8
Edições do Boletim Informativo inpEV ²	4	3	3
Ensino Virtual ³	1.103	1.717	1.023
Público envolvido no Dia Nacional do Campo Limpo e Programa de Educação Ambiental	112.638	139.161	122.772
Matérias publicadas sobre o Sistema Campo Limpo e inpEV	1.274	2.436	3.237
Eventos em que o Sistema Campo Limpo esteve presente	168	157	125

1. Informativo virtual enviado a mais de 8 mil pessoas

2. O Boletim Informativo inpEV é bimestral e possui uma tiragem de 10 mil exemplares

3. Número refere-se a usuários que iniciaram o curso sobre destinação de embalagens. O número de pessoas que concluíram o curso é 740

Participação em feiras e exposições

A presença em feiras do setor agrícola, com estandes próprios e a participação em palestras, seminários e mesas-redondas fortalece ainda mais a imagem do Sistema Campo Limpo. Essa participação ocorre por meio do apoio de parceiros locais como unidades de recebimento, entidades do poder público, além de instituições de ensino e extensão rural.

Em 2011, o instituto esteve presente em 125 eventos com ações e atividades que auxiliam a divulgar a iniciativa para toda sociedade.

Sistema Campo Limpo participa dos principais eventos agrícolas do país. Foco é a conscientização ambiental

PRINCIPAIS EVENTOS EM 2011			
	NOME DO EVENTO	MUNICÍPIO	UF
Janeiro	Dia de Campo Agro C Vale	Palotina	PR
	Dia de Campo de Verão	Santa Terezinha de Itaipú	PR
Fevereiro	Show Rural Coopavel	Cascavel	PR
	ShowTec Maracaju	Maracaju	MS
	Encontro de Agricultores do Norte Goiano (Dia de Campo)	Uruaçu	GO
	ShowTec São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	MG
	Ciclo de Palestras sobre Agrotóxicos, Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente do Trabalho	Picos	PI
Março	Expoagro Afubra	Rio Pardo	RS
	Expodireto Cotrijal	Não-Me-Toque	RS
	Dia de Campo Coopercampos	Campos Novos	SC
	Tecnoagro Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	MS
	Passarela da Soja	São Desidério	BA
	Encontro Técnico do Milho	Luis Eduardo Magalhães	BA
Março a maio	ENFISA 2011 – 9º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos	Boa Vista	RR
		Porto Alegre	RS
		João Pessoa	PB
		Campo Grande	MS
Abril	TecnoShow Comigo	Rio Verde	GO
	Expo Maracás	Maracás	BA
	20ª Expofeira Nacional da Cebola	Ituporanga	SC
	9ª Semana da Agricultura Familiar	Ituporanga	SC
	Palestras sobre uso correto e seguro de agrotóxicos e descarte correto de embalagens vazias	Eunapolis, Itabela, Porto Seguro, Camacan, Mascote, Teixeira de Freitas	BA
	Fórum do uso correto de agrotóxico, devolução e destinação ambientalmente correto das embalagens vazias	Teresina	PI
	3º MS Consciente	Caarapó, Laguna Carapá, Aral Moreira e Amambaí	MS
	III Encontro dos Produtores Rurais de Barra da Estiva e Região	Barra da Estiva	BA





Stand do inPEV e centrais de recebimento do Rio Grande do Sul na Expodireto Cotrijal 2011

PRINCIPAIS EVENTOS EM 2011

	NOME DO EVENTO	MUNICÍPIO	UF
Maio	Agrobrasília	Brasília	DF
	Bahia Farm Show	Luís Eduardo Magalhães	BA
	4º Horti Serra Gaúcha	Caxias do Sul	RS
	3º Seminário da Região Sudeste sobre Resíduos Sólidos	Vila Velha	ES
	Exposição Internacional de Maringá	Maringá	PR
	Agrishow	Ribeirão Preto	SP
	5º Encontro Nacional do Café	Vitória da Conquista	BA
	56ª Expotupá e 7ª Expocultura	Tupanciretá	RS
Junho	EXPÔ JANAÚBA - Exposição Agropecuária de Janaúba	Janaúba	MG
	4ª Feira de Meio Ambiente de Barretos	Barretos	SP
	Expofruit	Mossoró	RN
	Expocafé	Três Pontas	MG
Julho	Expomontes - Exposição agropecuária de Montes Claros	Montes Claros	MG
	I Encontro Municipal de Agricultoras de Rio dos Cedros	Rio dos Cedros	SC
	Agrinsumos, Induspec Expo & Business	São Paulo	SP
	Expoacre	Rio Branco	AC
	Copa Coamo	Campo Mourão	PR
	Encontro Técnico de Inverno	Campo Mourão	PR
	Exposição Agropecuária de Confresa	Confresa	MT
Agosto	Feacoop - Feira de Agronegócios Cooper citrus	Bebedouro	SP
	10º Congresso Brasileiro do Agronegócio	São Paulo	SP
Setembro	Fenicoopa	Patrocínio	MG
	46ª Expo São Luiz	São Luiz Gonzaga	RS
	V Expo Diamantino	Diamantino	MT
	Corn Tur	Carira, Pinhão e Simão Dias	SE
	19º Seminário do Café da Região dos Cafeicultores do Cerrado	Patrocínio	MG
Outubro	Feira de tecnologia	Ceres	GO
	XVIII Encontro Municipal de Mulheres Agricultoras de Indaial	Indaial	SC
	1ª Exposição Ambiental de Piracicaba	Piracicaba	SP



Nossos públicos estratégicos

Colaboradores



O público interno do inpeV é formado pelos colaboradores que trabalham na unidade administrativa do instituto, em São Paulo, e por coordenadores regionais de operação (CROs), em várias regiões do país que têm por função estimular a integração de todos os agentes corresponsáveis pelo desenvolvimento do

Os colaboradores do inpeV estimulam a integração entre todos os elos da cadeia

sistema de destinação final. São profissionais que implementam as ações do inpeV e coordenam unidades de recebimento (postos ou centrais), em colaboração com distribuidores e cooperativas.

No total, o inpeV tem 53 colaboradores. Em 2010 esse número era de 49. Todos eles têm contrato de trabalho indeterminado e jornada integral, com exceção do estagiário e do menor aprendiz que têm carga horária reduzida. Mais da metade de nossos funcionários, 58%, moram na região Sudeste.

GRI LA1

TOTAL DE TRABALHADORES, POR TIPO DE EMPREGO, CONTRATO DE TRABALHO E REGIÃO				
NÚMERO DE COLABORADORES POR NÍVEL FUNCIONAL	2010		2011	
	H	M	H	M
Diretoria	1	0	1	0
Gerência	2	2	2	2
Chefia/ coordenação	9	6	10	6
Técnica/ supervisão	0	1	0	2
Administrativo	3	3	4	3
Operacional	9	6	10	6
Terceiros	2	3	2	3
Aprendizes	0	0	1	0
Trainees	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	1
Total	26	23	30	23

NÚMERO DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO	2010	2011
Tempo determinado	2	0
Tempo indeterminado	47	53
Total	49	53

NÚMERO DE COLABORADORES POR TIPO DE EMPREGO	2010	2011
Jornada integral	49	52
Meio-período	0	1
Total	49	53

NÚMERO DE COLABORADORES POR REGIÃO*	2010	2011
Região Sul	2	2
Região Sudeste	32	36
Região Centro-Oeste	13	13
Região Nordeste	2	2
Região Norte	0	0
Total	49	53

GRI LA2

ROTATIVIDADE		
TAXA DE ROTATIVIDADE POR GÊNERO (%)	2010	2011
Masculino	73%	77%
Feminino	27%	33%

NÚMERO DE DESLIGAMENTOS POR GÊNERO		
	2010	2011
Masculino	11	10
Feminino	4	3

TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA		
	2010	2011
18 a 35 anos	53%	69%
36 a 45 anos	47%	31%
46 a 60 anos	0%	0%

NÚMERO DE DESLIGAMENTOS POR FAIXA ETÁRIA		
	2010	2011
18 a 35 anos	8	9
36 a 45 anos	7	4
46 a 60 anos	-	-

TAXA DE ROTATIVIDADE POR REGIÃO (%)		
	2010	2011
Região Sul	0	0
Região Sudeste	47%	31%
Região Centro-Oeste	53%	69%
Região Nordeste	0	0
Região Norte	0	0

NÚMERO DE DESLIGAMENTOS POR REGIÃO		
	2010	2011
Região Sul	0	0
Região Sudeste	7	4
Região Centro-Oeste	8	9
Região Nordeste	0	0
Região Norte	0	0

ROTATIVIDADE		
TAXA DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS POR GÊNERO	2010	2011
Masculino	76%	76%
Feminino	24%	24%

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS POR GÊNERO		
	2010	2011
Masculino	13	13
Feminino	4	4

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS POR FAIXA ETÁRIA		
	2010	2011
Menor aprendiz	0	1
18 a 35 anos	5	15
36 a 45 anos	11	1
46 a 60 anos	1	0

TAXA DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS POR FAIXA ETÁRIA		
	2010	2011
Menor aprendiz	0%	6%
18 a 35 anos	29%	88%
36 a 45 anos	65%	6%
46 a 60 anos	6%	0%

NÚMERO DE CONTRATAÇÕES POR REGIÃO		
	2010	2011
Região Sul	0	0
Região Sudeste	8	8
Região Centro-Oeste	9	9
Região Nordeste	0	0
Região Norte	0	0

TAXA DE CONTRATAÇÕES POR REGIÃO (%)		
	2010	2011
Região Sul	0	0
Região Sudeste	47%	47%
Região Centro-Oeste	53%	53%
Região Nordeste	0	0
Região Norte	0	0

O inpEV oferece aos colaboradores um plano de **benefícios** compatível com o do mercado de fabricantes de agroquímicos

Remuneração

Para a sua política de remuneração, o instituto utiliza o salário mínimo nacional como base de referência. Em suas operações mais relevantes, a sede do instituto, em São Paulo, e duas centrais de recebimento, em Taubaté (SP) e Rondonópolis (MT), apenas um funcionário recebe o mínimo nacional. Os demais colaboradores recebem salários superiores ao salário mínimo nacional.

- GRI EC3** O inpEV também disponibiliza para os seus funcionários o plano de previdência privada nas modalidades VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). A opção de contribuição é em 3% ou 6% do salário bruto e a empresa contribui com o mesmo percentual escolhido pelo funcionário. A participação é voluntária e está disponível para todos os cargos. Os recursos aplicados pela empresa no plano foram de R\$ 170.010,82, em 2011, o que representa uma média de R\$ 14.167,57 por mês.

GRI EC5

VARIÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL (%)	2009		2010		2011	
	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM
São Paulo	281,6%	704,1%	272,4%	437,5%	274,6%	686,4%
Rondonópolis	837,2%	171,2%	813,0%	166,2%	165,1%	167,7%
Taubaté	269,8%	Não tem	357,1%	Não tem	500,0%	174,2%

A person wearing a full white protective suit, including a hood and mask, and yellow gloves and apron, is pouring liquid from a white plastic jug into a blue sprayer tank. The person is standing in a rural field with a red tractor and a blue sky in the background. The text "Ganhos multiplicados" is overlaid on the bottom half of the image.

Ganhos multiplicados

Em uma década, a atuação do Sistema Campo Limpo evitou a geração de resíduos equivalente ao total gerado por uma cidade de cerca de **500 mil habitantes em três anos**

GRI EN26 Para avaliar os ganhos ambientais da implantação do sistema de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas, o inpEV realiza periodicamente o estudo de ecoeficiência da Fundação Espaço Eco.

O quarto estudo, que considera os resultados do sistema de 2002 a 2011, mostra que o programa contribuiu positivamente para a redução dos impactos ambientais no país em uma análise de ciclo de vida completo (ACV), NBR ISO 14040 – desde a fabricação das embalagens e dos defensivos agrícolas, passando pelo seu uso, devolução das embalagens, unidades de recebimento, transporte e destino final (reciclagem ou incineração).

Os resultados são comparados a um cenário sem a existência do programa de logística reversa e fazem parte do levantamento seis aspectos de impacto: consumo de energia, emissões de gases de efeito estufa, potencial de toxicidade, doenças e acidentes ocupacionais, consumo de recursos naturais e uso da terra. Aspectos ambientais e econômicos são considerados com o mesmo peso.

O estudo indicou que o sistema evitou, em uma década, o consumo de 11 bilhões de megajoules de energia, volume suficiente para abastecimento de 100 mil casas durante um ano. Também foram evitados a emissão de 295 mil toneladas de CO₂e (gás carbônico equivalente) e aproximadamente 1,4 milhões de árvores que deixaram de ser extraídas (*veja resultado completo no quadro abaixo*).

O modelo logístico (por meio do aproveitamento do frete de retorno) e a reciclagem das embalagens são dois fatores fundamentais para garantir esse desempenho.



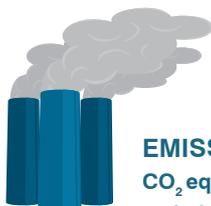
LOGÍSTICA REVERSA EVITOU O SEGUINTE IMPACTO NO PAÍS:



ENERGIA: deixou de consumir 11 bilhões de MJ (megajoules), equivalente a 2,8 bilhões de kW/h. Equivale ao abastecimento de 100 mil casas em um ano. Isso se deve, principalmente, à redução de uso de matéria-prima virgem proveniente da cadeia do petróleo;



EFLUENTES: 27 bilhões de litros de água deixaram de ser consumidos. Isso equivale a 27 milhões de caixas d'água de mil litros. A economia resulta, principalmente, do fato das recicladoras parceiras trabalharem com sistema fechado de uso de água;



EMISSÕES: 295 mil toneladas de CO₂ equivalente são evitadas. As embalagens não ficam no campo e recebem destino adequado e a reciclagem de mais de 90% das embalagens, a extração do petróleo, com intensa emissão de gases de efeito estufa em seu ciclo de produção, é minimizada;



RESÍDUOS SÓLIDOS: a destinação correta evita a geração de um volume de resíduos sólidos equivalente a aproximadamente três anos de lixo gerado pela cidade de Londrina (PR), por exemplo;



PETRÓLEO E GÁS NATURAL: sem o sistema, a extração desses recursos seria 4,6 vezes maior em função da cadeia do plástico.

Desempenho ambiental

Ganhos multiplicados

GRI EN30 Investimento ambiental

Além de sua atuação com a destinação final adequada das embalagens de defensivos agrícolas, o inpEV realiza anualmente diversas campanhas e outros projetos visando a preservação ambiental. Em 2011, R\$ 3,3 milhões foram destinados à ações de educação ambiental (campanhas educativas, materiais impressos, participação em eventos institucionais e com foco de conscientização, Dia Nacional do Campo Limpo e Programa de Educação Ambiental). Esse valor consolida os investimentos e gastos com proteção ambiental de diversas áreas de atuação do inpEV. No ano anterior, a quantia investida havia sido de R\$ 3 milhões.

Pode-se somar a esse valor o investimento para a destinação de agrotóxicos obsoletos ou impróprios para uso. O recurso investido na retirada e destinação desses produtos, em 2011, foi R\$ 788 mil.

Também no ano passado, foi iniciado um piloto para coleta de embalagens de saneantes e sacarias de sementes de milho e algodão cujo investimento, nesse primeiro ano, foi de R\$ 46 mil. O valor foi financiado pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) e Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças

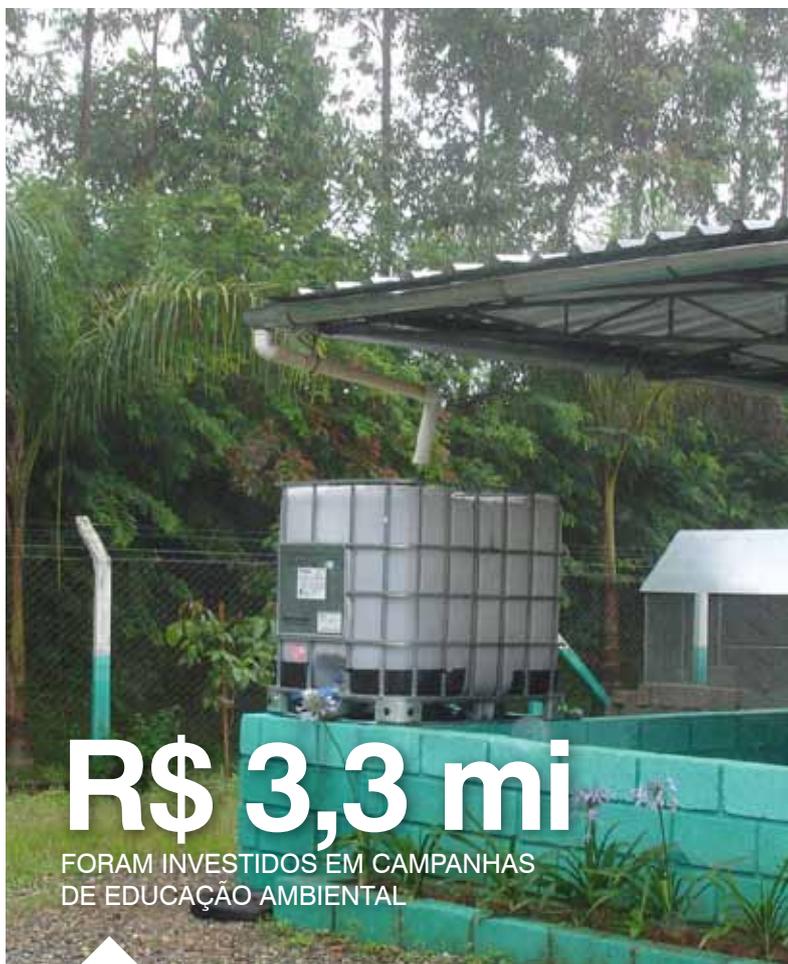
(APPS). O custo total do projeto foi estimado em R\$ 1,3 milhão, sendo R\$ 441 mil do projeto de saneantes e R\$ 865 mil do projeto de sacarias de sementes.

Central Verde

Para estimular as centrais de recebimento a adotarem medidas de respeito ao meio ambiente, o inpEV criou e dissemina desde 2009 o projeto Central Verde. A iniciativa visa a orientar a rede de unidades de recebimento a implantar medidas simples, mas que podem trazer bons resultados ambientais como o plantio de espécies nativas na região onde estão localizados, implementação da coleta seletiva em suas unidades e o uso da luz natural.

Desde então, 52 centrais realizaram alguma iniciativa ligada ao projeto e 49 já plantaram mudas de árvores nativas de suas respectivas regiões. Com relação à destinação do lixo, 30 unidades selecionam. Seja em seus escritórios ou nas centrais e postos de recebimento promove ações de orientação para a economia de água e energia.

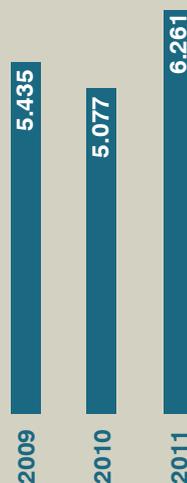
O projeto Central Verde **incentiva** que todas as **ações** do instituto sejam **sustentáveis**, não apenas no que se refere à logística reversa das embalagens, mas também no dia a dia das centrais



R\$ 3,3 mi

FORAM INVESTIDOS EM CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (kW/h)^{1 2}



1. Valores estimados.
2. Consumo na sede do inpEV

Gestão ambiental

Internamente, o inpEV busca promover a ecoeficiência e a conscientização de seus colaboradores a respeito da gestão dos recursos naturais. Para aproveitar melhor a luz, 27 usam telhas translúcidas e quatro têm sistema de captação da água da chuva para reuso.

O inpEV não tem consumo de energia direta, pois 100% da sua energia provém da rede de abastecimento de energia da cidade (energia indireta). Não é possível determinar qual é o consumo de energia primária para a produção de energia indireta. Essas concessionárias (hidrelétrica, termoelétrica, etc) não tem obrigação legal de informar a fonte de produção da energia no Brasil.

Consumo de água

O estudo de ecoeficiência do sistema do inpEV não engloba o consumo de água, pois a ferramenta utilizada considera a água como recurso renovável, com baixa ponderação. Além disso, todos os recicladores parceiros do sistema possuem ciclo fechado de água. Acompanhamos o consumo de água da sede administrativa do inpEV em São Paulo, oriunda do sistema de abastecimento público. No ano passado, o consumo foi de 293 m³, o que representa um aumento de 13% em relação aos 258 m³ de 2010.

GRI EN8

Consumo de energia elétrica

Toda a energia elétrica da sede administrativa do inpEV, localizada em São Paulo, é proveniente da rede de abastecimento de energia da cidade. Em 2011, esse consumo foi de 6.261 kW/h, 23% maior em relação ao consumo de 2010. O crescimento se deve, especialmente, à ampliação no número de colaboradores do inpEV no período, que passou de 49 para 53.

GRI EN3
e EN4

Resultados 2011



As demonstrações contábeis do inpEV seguem o padrão internacional para relatórios financeiros da International Financial Reporting Standards (IFRS) e são auditadas por consultoria externa. Desde 2008, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes verifica a adequação das informações do instituto em relação às posições patrimonial e financeira e em relação aos resultados das operações, do fluxo de caixa e do patrimônio social.

Receita líquida

Em 2011, o total da receita líquida gerada pelas atividades do instituto aumentou para R\$ 83,7 milhões, ante R\$ 81,5 milhões em 2010. As contribuições dos associados do setor de agroquímicos se destacam em relação à taxa tecnológica de credenciamento de recicladores (R\$ 7,9 milhões) e o arrendamento mercantil operacional (R\$ 3,2 milhões), entre outros.

inpEV investiu R\$ 52,8 milhões em logística, atividades de comunicação e educação e ampliação de unidades de recebimento de embalagens vazias

Em 2011, o inpEV recebeu um investimento de R\$ 52,8 milhões de suas empresas associadas do setor de agroquímicos. No ano anterior, a quantia somava R\$ 53,8 milhões. Os recursos financiam todas as atividades do instituto, tais como infraestrutura, gastos com as unidades de recebimento de embalagens, logística, destinação final, comunicação e educação, assessoria jurídica, desenvolvimento tecnológico e projetos de sustentabilidade.

GRI EC1

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO (EM R\$)		
	2011	2010
Demonstração de Valor Adicionado (em R\$)	2011	2010
Receita Gerada no exercício	83.553,00	82.257,00
Colaboradores (remuneração e benefícios para empregados)	(8.314,00)	(7.134,00)
Governo	(2.107,00)	(1.823,00)
Lucro retido	(2.045,00)	(1.764,00)
Juros e aluguéis (custos de operação)	(58.797,00)	(54.476,00)
Investimentos na comunidade	-	-
Valor Econômico Direto Gerado (valor econômico gerado menos o valor econômico distribuído)	12.290,00	17.060,00

Desempenho econômico Resultados 2011

O DVA completo pode ser observado abaixo:



GRI EC1

1-RECEITAS	Soma dos itens 1.1 a 1.3	83.553,00	82.257,00
1.1) Contribuições das associadas - Agroquímicos		52.896,00	53.863,00
1.2) Taxa tecnológica - credenciamento de recicladores		7.924,00	6.678,00
1.3) Taxa tecnológica - remessa de embalagens		18.825,00	14.666,00
1.4) Contribuições extraordinárias (repasse dividendos Campo Limpo S/A.		1.160,00	3.815,00
1.5) Arrendamento mercantil operacional		3.203,00	2.777,00
1.6) Outras Contribuições de Associados		45,00	-
1.7) Provisão para devedores duvidosos – Reversão/Constituição		(465,00)	492,00
1.8) Não operacionais		(35,00)	(34,00)
2 – DESPESA COM PROCESSO BÁSICO DA OPERAÇÃO	Soma dos itens 2.1 a 2.4	(59.951,00)	(55.292,00)
2.1) Despesas com infraestrutura		(3.019,00)	(3.462,00)
2.2) Despesa com processo de suporte		(5.923,00)	(6.750,00)
2.3) Despesa com processo básico		(51.009,00)	(45.080,00)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO	<i>Diferença entre itens 1 e 2 (1-2)</i>	23.602,00	26.965,00
4 - RETENÇÕES	Item 4.1	(2.045,00)	(1.764,00)
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	Despesa contabilizada no período	(2.045,00)	(1.764,00)
5 -VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	Diferença entre itens 3 e 4 (3-4)	21.557,00	25.201,00
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	Soma dos itens 6.1 e 6.2	1.534,00	1.163,00
6.2) Receitas financeiras		1.534,00	1.163,00
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	Soma dos itens 5 e 6 (5+6)	23.091,00	26.364,00
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	Soma dos itens 8.1 a 8.5	(10.801,00)	(9.304,00)
8.1) Pessoal e encargos		(8.314,00)	(7.134,00)
8.2) Impostos, taxas e contribuições		(2.107,00)	(1.823,00)
8.3) Juros e aluguéis		(380,00)	(347,00)
9.0) Superavit do Exercício		12.290,00	17.060,00

A **prestação de contas** a associados e demais integrantes do sistema compartilhado de destinação de embalagens é uma prioridade do inpEV. Suas demonstrações financeiras seguem **padrão internacional (IFRS)** e são auditadas por consultoria externa

Despesas

O total das despesas das atividades em 2011, por sua vez, correspondeu a R\$ 72,5 milhões investido na manutenção de todas as atividades do instituto. O resultado foi superior aos R\$ 66,1 milhões, de 2010. No final do exercício, o superávit foi de R\$ 12,2 milhões, ante R\$ 17 milhões, em 2010.

DESPESAS DAS ATIVIDADES		
	2011	2010
Gerais e administrativas (Nota 19)	(72.535)	(66.150)
Outras perdas, líquidas	(48)	(34)
Reversão para créditos de realização duvidosa	361	492
Provisão para crédito de realização duvidosa	(813)	
Despesas financeiras	(431)	(270)
Receitas financeiras	1.965	1.433
	(71.501)	(64.529)
Superávit do exercício	12.290	17.059

Fonte: PricewaterhouseCoopers

R\$ 83,7 mi

FOI A RECEITA LÍQUIDA GERADA
PELO INSTITUTO NO ANO

Desempenho econômico Resultados 2011



Fluxos de caixa

O inpEV iniciou 2011 com R\$ 19,1 milhões em caixa, indicador que se elevou para R\$ 24,6 milhões em 31 de dezembro. No mesmo período, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais subiu de R\$ 13,8 milhões para R\$ 17 milhões.

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	12.290	17.059
Ajustes		
Depreciação e amortização	1.799	1.605
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	394	568
Constituição de provisão para contingências	813	
	15.297	19.232
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(789)	(875)
Adiantamentos concedidos	59	(2.049)
Outros ativos	(74)	(37)
Caução aluguel	(15)	(2)
Fornecedores	(101)	4.157
Salários e encargos sociais	326	17
Tributos a pagar	40	18
Adiantamento de associadas	2.306	(6.654)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.049	13.807
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(11.498)	(14.538)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.498)	(14.538)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.551	(731)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.134	19.865
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.685	19.134

Fonte: PricewaterhouseCoopers

Sobre o relatório

GRI 3.1; 3.2; 3.4; 3.5; 3.6; 3.7;
3.8; 3.9; 3.10; 3.11 e 3.13



O Relatório de Sustentabilidade 2011 reúne informações consolidadas do desempenho econômico, social e ambiental do inpEV durante 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011, além de destacar metas e perspectivas de futuro.

O documento é dirigido aos **públicos de relacionamento do inpEV**: agricultores, canais de distribuição, empresas e entidades associadas, parceiros, fornecedores, imprensa e público em geral

O documento segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), modelo reconhecido mundialmente como referência para a divulgação de indicadores socioambientais, e apresenta características do modelo de gestão do instituto. O modelo foi adotado pela primeira vez pelo inpEV em 2010. O Relatório de Sustentabilidade 2011 atingiu o nível C de aplicação das diretrizes GRI, tendo respondido a cinco indicadores de desempenho econômico; quatro de desempenho ambiental; dois relacionados à práticas trabalhistas; dois de responsabilidade sobre produto e dois relacionados à sociedade.

É dirigido aos seus principais públicos de relacionamento: agricultores, canais de distribuição, empresas e entidades associadas, parceiros, fornecedores, imprensa, público em geral, entre outros.

Os dados econômico-financeiros foram apurados de acordo com critérios definidos pelas normas brasileiras de contabilidade e submetidos à auditoria externa e independente. Por sua vez, as informações socioambientais foram colhidas e validadas por meio de procedimentos internos, sem terem sido submetidas à auditoria.

Enquanto os indicadores de ordem econômica e social abrangem as atividades administrativas, os de origem ambiental têm relação com a sede do instituto em São Paulo e todo o Sistema Campo Limpo.

Durante a elaboração deste relatório, todas as áreas do inpEV participaram da compilação dos dados. Sugestões, dúvidas ou críticas a respeito do relatório podem ser enviadas ao e-mail: inpev@inpev.org.br.

Índice GRI



Consulte a tabela abaixo para localizar os indicadores de desempenho do inpEV, segundo o padrão GRI.

INDICADORES DE PERFIL		
INDICADORES	NÍVEL DE RESPOSTA	ONDE ENCONTRAR
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1. Mensagem da presidência e do Conselho de Administração	Completo	2
1.2. Impactos, riscos e oportunidades	Parcial	2
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1. Nome da organização	Completo	5
2.2. Marcas, produtos e/ou serviços	Completo	5
2.3. Estrutura operacional	Completo	5
2.4. Localização da sede da organização	Completo	5
2.5. Atuação geográfica	Completo	5
2.6. Natureza jurídica	Completo	5
2.7. Mercados atendidos	Completo	5
2.8. Porte da organização	Completo	5 e 61
2.9. Mudanças no ano	Completo	Não houve mudanças significativas no período.
2.10. Prêmios e certificações	Completo	Não houve prêmios e certificações.
PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO		
Perfil do relatório		
3.1. Período coberto pelo relatório	Completo	65
3.2. Relatório anterior	Completo	65
3.3. Periodicidade	Completo	1
3.4. Dados para contato	Completo	65
Escopo e Limite do Relatório		
3.5. Definição do conteúdo	Parcial	65
3.6. Limite do relatório	Completo	65
3.7. Escopo do relatório	Completo	65
3.8. Base para a elaboração do relatório.	Completo	65
3.9. Técnicas de medição e bases de cálculos	Completo	65
3.10. Consequências de reformulações de informações	Completo	Não houve reformulações no período
3.11. Mudanças significativas	Completo	Não houve mudanças significativas no período
Sumário de Conteúdo da GRI		
3.12. Sumário GRI	Completo	66-67
Verificação		
3.13. Verificação externa	Completo	65
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO		
Governança		
4.1. Estrutura de Governança	Parcial	17-19 A participação nas reuniões da Assembleia Geral é voluntária por parte dos associados, por conta disso não é possível mapear o perfil dos participantes
4.2. Identificação dos principais executivos	Completo	17-19
4.3. Conselheiros independentes	Completo	19

4.4. Mecanismos para recomendações a órgãos de governança	Parcial	17-19 A empresa não possui mecanismos para que os empregados encaminhem recomendações ao mais alto órgão de governança
4.6. Processos para evitar conflitos de interesse	Parcial	21
4.8. Valores, códigos de conduta e princípios internos	Completo	21
INDICADORES		
NÍVEL DE RESPOSTA		ONDE ENCONTRAR
Compromissos com Iniciativas Externas		
4.11. Princípio da precaução	Parcial	22
4.13. Participação em associações	Completo	O inpEV é membro honorário do CropLife Latin International, e integra os comitês de Comunicação em suas entidades associadas como Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag)
Engajamento dos Stakeholders		
4.14. Relação de <i>stakeholders</i>	Completo	43
4.15. Identificação de <i>stakeholders</i> .	Completo	A Lei Federal 9974/2000 e o Decreto 4074/2002 especificam a responsabilidade pela destinação das embaladas vazias de agrotóxicos e a responsabilidade compartilhada entre os públicos envolvidos na cadeia, se tornando a base para a identificação e seleção dos <i>stakeholders</i> que o instituto procura engajar
4.16. Engajamento dos <i>stakeholders</i>	Parcial	43
4.17. Principais temas e preocupações de <i>stakeholders</i>	Parcial	43
DESEMPENHO ECONOMICO		
EC1. Valor econômico gerado e distribuído	Completo	61
EC3. Plano de pensão	Parcial	53
EC4. Ajuda financeira recebida do governo	Completo	49
Presença de mercado		
EC5. Relação salário mínimo interno/local	Completo	55
DESEMPENHO AMBIENTAL		
Energia		
EN3. Consumo de energia direta	Completo	59 O inpEV não tem consumo de energia elétrica. 100% da sua energia provém da rede de abastecimento de energia das cidades (energia indireta)
EN4. Consumo de energia indireta	Completo	59 Não é possível determinar qual é o consumo de energia primária para a produção de energia elétrica. As concessionárias não têm a obrigação legal de informar a fonte de produção da energia no Brasil
Água		
EN8. Água retirada por fonte.	Completo	59
Produtos e serviços		
EN26. Mitigação de impactos de produtos/serviços	Completo	57
Geral		
EN30. Investimentos em proteção ambiental	Parcial	58
DESEMPENHO SOCIAL – PRÁTICAS TRABALHISTAS		
Emprego		
LA1. Trabalhadores por tipo de emprego e região	Parcial	53
LA2. Taxa de rotatividade	Completo	54
DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE		
Políticas Públicas		
SO5. Participação na elaboração de políticas públicas	Completo	43
DESEMPENHO SOCIAL – RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
Conformidade		
PR9. Multas por fornecimento e uso dos produtos e serviços	Completo	Em 2011, não houve multas ou sanções administrativas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Demonstrativos Financeiros



Sobre o relatório

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras



Aos Associados e Administradores Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV (o “instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

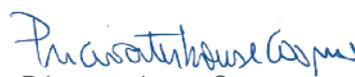
independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	2011	2010
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	24.685	19.134	Fornecedores	6.193	6.294
Contas a receber (Nota 7)	4.329	4.353	Salários e encargos sociais	1.838	1.512
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	2.188	2.247	Tributos a pagar	206	166
Despesas do exercício seguinte	125	102	Provisão para contingências (Nota 12)		50
			Adiantamentos de associadas (Nota 13)	2.527	221
	31.327	25.836		10.764	8.243
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 12)	5.258	3.731
Depósitos judiciais (Nota 12)	5.258	3.731			
Caução aluguel (Nota 9)	58	43	Patrimônio social (Nota 14)		
	5.316	3.774	Patrimônio social	635	635
Imobilizado (Nota 10)	45.073	35.737	Superávit acumulado	65.391	53.101
Intangível (Nota 11)	332	363		66.026	53.736
	50.721	39.874			
Total do ativo	82.048	65.710	Total do passivo e patrimônio social	82.048	65.710

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2011	2010 (NOTA 2.2)
Receita líquida das atividades (Nota 15)	83.791	81.588
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 19)	(72.535)	(66.150)
Outras perdas, líquidas	(35)	(34)
Reversão para créditos de realização duvidosa	348	492
Provisão para crédito de realização duvidosa	(813)	
Despesas financeiras	(431)	(270)
Receitas financeiras	1.965	1.433
	(71.501)	(64.529)
Superávit do exercício	12.290	17.059

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (EM MILHARES DE REAIS)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2010	635	36.042	36.677
Superávit do exercício		17.059	17.059
Em 31 de dezembro de 2010	635	53.101	53.736
Superávit do exercício		12.290	12.290
Em 31 de dezembro de 2011	635	65.391	66.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	12.290	17.059
Ajustes		
Depreciação e amortização	1.801	1.605
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	482	568
Constituição de provisão para contingências	763	
	15.336	19.232
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(789)	(875)
Adiantamentos concedidos	61	(2.049)
Outros ativos	(25)	(37)
Caução aluguel	(15)	(2)
Fornecedores	1.352	4.157
Salários e encargos sociais	436	17
Tributos a pagar	40	18
Adiantamento de associadas	2.306	(6.654)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.702	13.807
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(13.151)	(14.538)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.151)	(14.538)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.551	(731)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.134	19.865
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.685	19.134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV ou “instituto”) foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei nº 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do instituto) e contribuição social. Por essa Lei, o instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

1.1 Descrição do modelo de negócio

O instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem o objetivo de otimizar a retirada das citadas embalagens do meio rural, para que o instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas as embalagens vazias nas UREs (postos ou centrais), o instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração,

dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem reciclados.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelo instituto por meio da operação das centrais por meio de documento fiscal contra a empresa recicladora. Até novembro de 2009, esta operação de destinação foi suportada pela emissão de nota fiscal de venda por parte das associações de revendas para as empresas recicladoras.

O instituto, por sua vez, recebe das empresas recicladoras, a taxa tecnológica (credenciamento) devida pela transferência de conhecimento que lhes é feita relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica bem como em função do treinamento dos funcionários das recicladoras no que tange à gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuarão o pagamento adicional ao instituto, também a título de taxa tecnológica (remessa). Como forma de financiamento das unidades de recebimento de embalagens vazias – Centrais, esta parcela da taxa tecnológica recebida das recicladoras pelo instituto é transferida às associações de revendedores a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos.

A administração do instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias,

pelas associações de revenda, às recicladoras por meio de uma operação de simples remessa. Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuarão o pagamento adicional ao instituto, também a título de taxa tecnológica. Como forma de financiamento das unidades de recebimento, aproximadamente 60% a 70% da taxa tecnológica será transferida às associações de revendas (“unidade de negócio gestão”), e 30% a 40% da taxa tecnológica recebida das recicladoras pelo instituto será utilizada para a expansão e diversificação de negócios da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos. (“unidade de negócio recicladora”).

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 Unidade de negócio gestão

A administração das atividades do instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) **Processo básico** – destina-se esse segmento à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; aos transportes e à logística das embalagens vazias às centrais (vindas de postos de recebimentos) e ao destino final (recicladora e incineradora); e à incineração de embalagens vazias.
- (b) **Processo de suporte** – destina-se esse segmento às comunicações e às divulgações do processo básico; e à educação, ao treinamento e à conscientização das partes envolvidas e interessadas.

- (c) **Processo Administrativo** – destina-se esse segmento à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 Unidade de negócio recicladora

Com o objetivo de atingir a autossustentabilidade do modelo de negócios do instituto, a partir de 2006, iniciou a construção de uma unidade recicladora (Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. – “Campo Limpo S.A.”) que absorverá produtos recebidos nas centrais de recebimento de embalagens. Dessa forma, ao longo dos exercícios de 2006 a 2011, o instituto efetuou investimentos na construção e montagem desta unidade fabril no valor total de R\$ 41.536 (2010 – R\$ 31.656).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretor do instituto em 13 de fevereiro de 2012.

1.4 Alteração no plano de investimentos na Campo Limpo – Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O instituto tem por objetivo a autossustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recolhimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado em 4 fases: 1ª fase – reciclagem de plásticos rígidos; 2ª fase – transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3ª fase – reciclagem de plásticos flexíveis e 4ª fase – transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, o qual resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo S.A., cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários .

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembléia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar a fase 1 e 2 direcionando investimentos

para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

Considerando o estágio dos investimentos efetuados na Campo Limpo S.A. e, com o objetivo de redução do aporte dos associados ao instituto, foi decidido que, a partir de 2012, a Campo Limpo S.A. passará a contribuir com a taxa de credenciamento, assim como os demais recicladores.

1.5 Entrada de novos associados – Projeto Saneantes e Sementes

Durante 2011, o instituto celebrou contratos com a Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários (ABAS) e com a Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças (APPS) para a retirada e destinação final de embalagens vazias de desinfestantes de uso restrito às empresas especializadas (Saneantes) e de sementes de milho e algodão (Sementes) tratadas com defensivos agrícolas, respectivamente. Os contratos têm prazo de duração entre 6 meses e 2 anos, respectivamente, e prevê o recebimento entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) toneladas de embalagens vazias, ao ano.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando

requerido, ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Evento subsequente

Durante 2011, determinado associado do Instituto não efetuou as contribuições devidas do exercício por entender que os valores extraídos da fórmula de rateio pelo Instituto não representavam a realidade da empresa quanto ao market share de embalagens do ano de 2009. Em novembro de 2011 os trabalhos da auditoria de declaração de embalagens do Instituto concluíram que as informações prestadas pelo associado estavam incorretas ocasionando um cálculo no valor de sua contribuição do ano de 2011 superior ao efetivamente devido.

Concomitante a este fato, em virtude de problemas operacionais ocorridos ao final de 2011 resultado em impacto significativo na capacidade financeira de sua empresa, este associado propôs a administração do Instituto, o pagamento das contribuições devidas em 2011 e as estimadas para 2012, nos valores de R\$ 795 acrescidas de correção pelo IGPM até 29 de fevereiro de 2012 e de R\$ 993 respectivamente em 36 parcelas fixas de R\$ 50.134. Em 09 de março de 2012, foi celebrado acordo de confissão de dívidas entre associado e Instituto com vencimento da primeira parcela em 15 de março de 2012.

A administração do Instituto efetuou uma avaliação completa e isenta dos fatos e julgou apropriado reconhecer, em 31 de dezembro de 2011, provisão para risco de não recebimento de 50% das contribuições do ano de 2011, no valor de R\$ 398.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para refletir de forma mais adequada o resultado das operações de 2011,

a administração do instituto procedeu às seguintes reclassificações na demonstração do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	ORIGINALMENTE APRESENTADO	RECLASSIFICAÇÃO	SALDO RECLASSIFICADO
Receita das atividades			
Taxa tecnológica – remessa de embalagem (i)		14.666	14.666
Deduções de vendas			
COFINS sobre taxa tecnológica de credenciamento (ii)	(719)	508	(211)
Despesas das atividades			
Gerais e administrativas	(50.976)	(15.174)	(66.150)

(i) Trata-se da receita com taxa tecnológica sobre remessa de embalagens (Nota 16 (b)) que foi apresentada na demonstração do superávit de 2010, líquido das despesas gerais e administrativas. A taxa tecnológica sobre remessa de embalagens está sendo apresentada de forma segregada na demonstração do superávit de 2011.

(ii) Refere-se à despesa de COFINS sobre taxa tecnológica de credenciamento de recicladoras, cuja tributação decorreu de uma sentença desfavorável ao instituto na esfera administrativa (Nota 12 (i)). É entendimento da administração do instituto, apoiada pela posição de seus advogados, que as receitas auferidas com as taxas tecnológicas (credenciamento e remessa) são inerentes ao negócio e, portanto, não se trata de uma dedução das vendas das operações do instituto, mas sim, uma provisão de um tributo em discussão judicial. Para melhor apresentação nas demonstrações financeiras de 2011, foi reclassificado da rubrica de deduções de vendas para a rubrica de despesas gerais e administrativas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Demais contas a receber”.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio resultado são, inicialmente,

reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa da operação tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o instituto tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro".

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O instituto não opera com *hedge accounting*.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- dificuldade financeira significativa de recebimento do associado;
- inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;

- quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que se qualifiquem para a capitalização dos juros.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	ANOS
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10 - 15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquido”, na demonstração do superávit.

2.8 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a

verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de vendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

O instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de

mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Benefícios a empregados – bônus

O instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo instituto.

2.14 Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições de associados, taxa tecnológica, taxa de remessa de embalagens, receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados para o investimento na Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, instalada em Taubaté.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagem vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

Os valores relacionados com a unidade de negócio recicladora são contabilizados como receita do exercício quando os custos são incorridos.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas

incorridos, são contabilizadas na rubrica “Adiantamento de associadas e recicladoras”, no passivo circulante.

(b) Taxa tecnológica (credenciamento do reciclador)

O montante da taxa tecnológica é calculado com base no volume de embalagens recebidas e encaminhadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido pela remessa de embalagens para reciclagem, sendo os recursos destinados para a aplicação na empresa Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

(c) Taxa tecnológica (remessa de embalagens)

A taxa de remessa de embalagens é obtida pelo volume de embalagens encaminhado para reciclagem, sendo reconhecida no momento da entrega efetiva aos recicladores. Equivale a aproximadamente 60% a 70% do valor obtido pela remessa de embalagens para reciclagem, sendo os recursos destinados para unidade de negócios gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A.

(e) Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/ acionistas da Campo Limpo S.A.)

São recursos repassados pelos associados do instituto, os quais são também acionistas da Campo

Limpo S.A., provenientes dos recursos originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto, o instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa tecnológica

Até novembro de 2009, as associações de vendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa tecnológica, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos

fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor da taxa tecnológica e passou a ser cobrado diretamente pelo instituto. Em contrapartida, parcela da taxa tecnológica recebida pelo instituto passou a ser utilizada para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, o instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa tecnológica e discute verbas rescisórias com ex-funcionários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em fundos de investimento, são reconhecidas ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de associados, demais contas a receber e depósitos judiciais, são todos classificados na categoria de recebíveis.

Os passivos financeiros como fornecedores, adiantamento de associados e recicladores e provisões para contingências, são classificados como outros passivos financeiros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo dos instrumentos financeiros é basicamente determinado pela comparação com outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores a 45 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2011 aproximam-se dos valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	2	3
Bancos conta-movimento	2.791	703
Fundos de investimento (i)	21.892	18.428
	24.685	19.134

(i) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) no Banco Itaú S.A. segregados em investimentos das atividades – R\$ 16.304 (2010 – R\$ 15.569) e investimentos das cooperações técnica e operacional – R\$ 5.588 (2010 - R\$ 2.859).

7 Contas a receber

	2011	2010
Contribuições de associadas		
Agroquímicos	1.626	2.273
Saneantes	308	
Sementes	15	
Taxa tecnológica de recicladores		
Credenciamento de associados	830	785
Remessa de embalagens	2.014	1.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(900)	(448)
Aluguel da fábrica de Campo Limpo	395	305
Outras contas a receber	41	
	4.329	4.353

(i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com os principais critérios a seguir descritos:

- Associados vencidos há mais de 90 dias.
- Parcelamento de débitos vencidos.

8 Adiantamentos concedidos

	2011	2010
Adiantamentos de férias	220	74
Adiantamentos a fornecedores		19
Adiantamentos para centrais e postos (i)	1.915	2.095
Outros adiantamentos	53	59
	2.188	2.247

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são baixados por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

9 Caução aluguel

O saldo de R\$ 58 (2010 – R\$ 43) está representado pelo valor do depósito em caderneta de poupança, acrescido de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel onde está instalada a sede do instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

Em 2011, devido a valorização da região onde a sede do instituto está localizada (Pinheiros), houve a necessidade de complementar o valor dos depósitos em R\$ 15 relativos aos alugueis dos 3 conjuntos distribuídos nos 2 andares.

10 Imobilizado

	TERRENOS	EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	VEÍCULOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	OUTROS	TOTAL EM OPERAÇÃO	OBRAS E MÁQUINAS ANDAMENTO	IMOBILIZADO TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2009	336	10.841	5.406	487	290	49	17.409	5.928	23.337
Aquisição		28	1.870	392	109	6	2.694	11.441	14.412
Depreciação		(465)	(856)	(70)	(42)	(13)	(1.446)		(1.446)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	336	10.404	6.420	809	357	42	18.368	17.369	35.737
Custo total	336	11.549	8.953	1.349	514	126	22.827	17.369	40.196
Depreciação		(1.145)	(2.533)	(540)	(157)	(84)	(4.459)		(4.459)
Valor residual	336	10.404	6.420	809	357	42	18.368	17.369	35.737
Saldos em 31 de dezembro de 2010	336	10.404	6.420	809	357	42	18.368	17.369	35.737
Aquisição		35	1.510	438	109	1	2.094	9.265	11.359
Transferência		5.690	19.064	47			24.801	(24.801)	
Baixa		(21)		(363)	(5)		(389)		(389)
Depreciação		(498)	(1.054)	(13)	(55)	(14)	(1.634)		(1.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	336	15.611	25.940	918	406	29	43.240	1.833	45.073
Custo total	336	17.275	29.527	1.834	623	127	49.722	1.833	51.555
Depreciação		(1.664)	(3.587)	(916)	(217)	(98)	(6.482)		(6.482)
Valor residual	336	15.611	25.940	918	406	29	43.240	1.833	45.073

Com o objetivo de promover a autossustentabilidade econômica do sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) com benefício a todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do instituto. Além desses ativos, há planos de expansão em que se estimam investimentos, até 2013, de aproximadamente 16 milhões (não auditado), a preços de 31 de dezembro de 2011 (Nota 1.4).

Em 1º de maio de 2008, o instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a empresa Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação

automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

	2011		
DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	16.384	(1.346)	15.038
Equipamentos e instalações	22.511	(1.243)	21.268
Veículos	368	(71)	297
Móveis e utensílios	411	(91)	320
Outros	29	(19)	10
Imobilizado em andamento	1.833		1.833
	41.536	(2.770)	38.766

	2010		
DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	10.658	(867)	9.791
Equipamentos e instalações	3.068	(909)	2.159
Veículos	197	(68)	129
Móveis e utensílios	336	(54)	282
Outros	28	(13)	15
Imobilizado em andamento	17.369		17.369
	31.656	(1.911)	29.745

11 Intangível

	SOFTWARES ADQUIRIDOS	LICENÇA DE USO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2009	233	165	398
Aquisição	115	11	126
Baixa	(2)		(2)
Amortização	(102)	(57)	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	244	119	363
Custo total	944	335	1.279
Amortização acumulada	(700)	(216)	(916)
Valor residual	244	119	363
Saldos em 31 de dezembro de 2010	244	119	363
Aquisição	127	12	139
Baixa	(5)		(5)
Amortização	(109)	(56)	(165)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	257	75	332

Os ativos relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	VALOR RESIDUAL
Hardware e software	234	(155)	79
Licença de uso	89	(70)	19
	323	(225)	98

12 Contingências

A provisão para contingências está apresentada conforme segue:

	2011	2010
Tributária – COFINS (i)	5.258	3.731
Trabalhistas		50
	5.258	3.781
Menos passivo circulante		(50)
No passivo não circulante	5.258	3.731

(i) Desde 2004, o instituto tem gerado receitas de taxa tecnológica e operacional conforme acordos firmados com as recicladoras. O instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa tecnológica) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O instituto, apoiados por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa tecnológica. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo instituto relativamente ao mandado de segurança.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2011, que totalizou R\$ 5.258 (2010 – R\$ 3.731). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado no ativo realizável a longo prazo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativos ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O instituto tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Cíveis		5
Ação cautelar		10
Trabalhistas	279	579
	279	594

13 Adiantamentos de associadas

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de Adiantamento de associadas.

Os valores recebidos que superam as despesas incorridas nos exercícios de 2011 e de 2010 estão compostos conforme abaixo:

	2011	2010
Contribuições de associadas recebidas a maior em 2011	2.115	
Adiantamento de associadas de saneantes	410	
Outros	2	221
	2.527	221

14 Patrimônio social

Conforme artigo do estatuto social do instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Superávit do exercício

No pressuposto do modelo de negócio do instituto, o superávit do exercício, no valor de R\$ 12.290, é composto da seguinte forma:

	2011
Acréscimos por:	
Taxa tecnológica – credenciamento de recicladores	7.923
Taxa tecnológica – remessa de embalagens	18.825
Contribuições extraordinárias	1.160
Arrendamento mercantil operacional	3.203
Receita financeira	1.534
Decréscimos por:	
Despesa com manutenção de centrais e postos suportadas pela taxa tecnológica sobre remessa de embalagens	(18.825)
Outros	(1.530)
	12.290

15 Receita líquida das atividades

	2011	2010
Contribuições das associadas – Agroquímicos	52.896	53.863
Taxa tecnológica – credenciamento de recicladores (Nota 16 (a))	7.924	6.678
Taxa tecnológica – remessa de embalagens (Nota 16 (b))	18.825	14.666
Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 17))	1.160	3.815
Arrendamento mercantil operacional (Nota 18)	3.203	2.777
Outros – contribuições das associadas – sementes e saneantes	45	
	84.053	81.799
Deduções das receitas		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social		
COFINS sobre arrendamento	(262)	(211)
Receita líquida das atividades	83.791	81.588

16 Taxa tecnológica

(a) Credenciamento de recicladoras

Em 2004, o instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos (taxa tecnológica – credenciamento de recicladoras). Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o instituto registrou uma receita em 2011 no montante de R\$ 7.924 (2010 – R\$ 6.678).

(b) Remessa de embalagens

A partir de 1º de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova figura de taxa tecnológica (taxa tecnológica – remessa de embalagens). Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com taxa tecnológica são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2011, as receitas auferidas com receitas de embalagens totalizaram R\$ 18.825 (2010 – R\$ 14.666)

17 Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011, foram aprovados pelos acionistas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 da empresa Campo Limpo S.A., como também, os dividendos a serem distribuídos e a destinação da totalidade destes para o plano de expansão e diversificação de negócios da unidade recicladora sob a responsabilidade do instituto.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da empresa Campo Limpo S.A. na receita do exercício de 2011 – R\$ 1.160 (2010 – R\$ 3.815).

18 Arrendamento mercantil operacional

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o instituto presta a Campo Limpos S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não

canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2011	2010
Até um ano (em 2012)	4.735	3.290
Mais de um ano até cinco anos (entre 2013 e 2017)	23.675	16.450
Mais de cinco anos (entre 2018 e 2019)	2.367	6.580
	30.777	26.320

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de 20 anos.

Em 2011 o instituto reconheceu contas a pagar no valor de R\$ 245 como reembolso de arrendamentos pagos pela Campo Limpo S.A. no período de 2008 a 2010, o qual foi calculado considerando o PIS e a COFINS na base de cálculo do arrendamento. Todavia, o contrato estabelece como sendo a base de cálculo para a cobrança do arrendamento operacional, o faturamento líquido dos referidos impostos. A revisão das bases de cálculo do arrendamento operacional efetuada em 2011 estabelece total consonância entre cálculo do arrendamento operacional e o contrato estabelecido entre as partes.

19 Despesas gerais e administrativas

A administração das despesas administrativas e gerais do instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2011	2010
Despesas administrativas	15.603	14.320
Processo de suporte	5.923	6.750
Processo básico (Nota 2.2 (i))	51.009	45.080
	72.535	66.150

Nas datas das demonstrações financeiras, o instituto apresentava os seguintes

saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2011	2010
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	380	347
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	9.557	8.238
Gastos gerais (i)	3.556	3.026
Serviços de terceiros (ii)	946	927
Tecnologia da informação	708	1.282
Institucional	456	500
	15.603	14.320
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	730	558
Comunicação, educação e campanhas (iv)	3.817	3.432
Desenvolvimento tecnológico	262	295
Projetos (v)	1.114	2.465
	5.923	6.750
Processo básico		
Operações (vi)	28.122	22.167
Logística (vii)	16.018	17.124
Destinação final (viii)	6.869	5.789
	51.009	45.080

- (i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação, no valor de R\$ 2.023 (2010 – R\$ 1.446).
- (ii) Refere-se principalmente a despesas com as seguintes assessorias:
- Tributárias e fiscais – R\$ 234 (2010 – R\$ 305).
 - Recursos humanos – R\$ 129 (2010 – R\$ 150).
 - Auditoria – R\$ 309 (2010- R\$ 284).
 - Administrativa – R\$ 74 (2010 – R\$ 62).
- (iii) Refere-se principalmente a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento – R\$ 730 (2010 – R\$ 558).
- (iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:
- Gastos com campanha – R\$ 735 (2010 – R\$ 1.294).
 - Dia Nacional Campo Limpo – R\$ 1.150 (2010 – R\$ 531).

- Material de comunicação/institucional – R\$ 513 (2010 – R\$ 361).
- Campanha regional tríplice lavagem – R\$ 151 (2010 – R\$ 74).
- Serviços de terceiros/comunicação – R\$ 343 (2010 – R\$ 307).
- Eventos institucionais – R\$ 453 (2010 – R\$ 304).

- (v) Trata-se de uma atividade do instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios R\$ 788 (2010 R\$ 166), constantes no orçamento anual.

Em 2011 foi iniciado o projeto piloto de saneantes e semente R\$ 46, financiado pelas associadas ABAS e APPS (Nota 1.4).

- (vi) Refere-se principalmente custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 26.573 (2010 – R\$ 20.179) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 652 (2010 – R\$ 1.673).
- (vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 12.957 (2010 – R\$ 12.366) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 931 (2010 – R\$ 1.750).
- (viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas. O instituto trabalha com cinco empresas que efetuam o processo de incineração. Os gastos incorridos com incineração estão distribuídos conforme segue:

	2011	2010
Incinerar Serviços Coleta e Destinação de Resíduos S/C Ltda.	4.695	2.114
Cetrel Lumina Tecnologia e Engenharia	243	141
Basf S.A.	205	434
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda.		1.595
Essencis Soluções Ambientais S.A.	1.726	1.505
	6.869	5.789

20 Remuneração dos administradores

O corpo diretivo do instituto inclui, além do presidente, 5 gerentes executivos.

A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Salários e encargos	1.595	1.477
Bônus e encargos	1.112	1.030
Outras remunerações	669	610
	3.376	3.117

21 Seguros

O instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

RAMOS	IMPORTÂNCIAS SEGURADAS
Incêndio de bens do imobilizado	46.558
Responsabilidade civil	200

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente – inpEV

Regina Marta S. Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias** apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação C.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 da GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 12 de setembro de 2012

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

***Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 3 de setembro de 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.*

Créditos



Coordenação

Presidência - inpEV

Comunicação e Educação - inpEV

Consultoria GRI, redação e edição

Report Sustentabilidade

Revisão

Assertiva Produções Editoriais

Projeto gráfico, diagramação e produção gráfica

Report Sustentabilidade

Fotos

NaLata

Acervo inpEV

